

Relatório de Execução Trimestral do OGE

III Trimestre 2021



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ministério das Finanças

Direcção Nacional da Contabilidade Pública

Largo da Mutamba, Palácio das Finanças, Caixa Postal 1235

Luanda — Angola

Título

Relatório de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado: III Trimestre de 2021

Data de Finalização:

8 de Novembro de 2021

Referências para Citação:

Ministério das Finanças de Angola, *Relatório de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado: III Trimestre de 2021*, Novembro, 2021.

Equipa Técnica

Departamento de Contas do Estado

Direcção Nacional da Contabilidade Pública

Ministério das Finanças

República de Angola

© Ministério das Finanças.

Todos os direitos reservados. Este relatório poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a referência e exclusiva autoria do Ministério das Finanças de Angola. É proibida a comercialização e tradução sem autorização prévia por escrito do Ministério das Finanças de Angola.

Relatório de Execução Trimestral

do Orçamento Geral do Estado:

III Trimestre de 2021

ÍNDICE

I.....INTRODUÇÃO	9
II.....SUMÁRIO EXECUTIVO	12
III...ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	15
Perspectivas Globais e Indicadores Nacionais.....	15
Sector Monetário.....	16
Sector Cambial.....	17
Comércio Externo.....	18
IV...BALANÇO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO III TRIMESTRE DE 2021	19
V...EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO NO III TRIMESTRE	22
Receitas Arrecadadas.....	22
Receitas Correntes	23
Receitas de Capital.....	25
Despesas Realizadas	26
Despesas Correntes.....	27
Despesas de Capital	29
Despesas Por Função.....	30
Despesas do Programa de Investimento Público (PIP).....	32
Execução da Despesa para Prevenção e Combate à COVID-19.....	36
VI...BALANÇO DA DÍVIDA PÚBLICA NO III TRIMESTRE DE 2021	42
Balanço da Dívida Interna	42
Emissão da Dívida interna	42
Serviço da Dívida interna	43
Stock da Dívida interna.....	44
Balanço da Dívida Externa.....	44
Desembolsos.....	44
Serviço da Dívida Externa.....	44
Stock da Dívida Externa	45
Balanço da Dívida Pública.....	46
VII...DESEMPENHO ORÇAMENTAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS	50
Fundo Nacional de Desenvolvimento	51
Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior	51
Fundo Soberano de Angola.....	52
Fundo de Garantia de Crédito.....	52

Fundo Rodoviário.....	53
Caixa Social das Forças Armadas Angolanas.....	53
Fundo de Fomento Habitacional.....	54
Fundo de Apoio Social (FAS)	54
Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA)	55
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações.....	55
Fundo de Apoio para o Desenvolvimento Agrário (FADA)	56
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira e da Aquicultura (FADEPA)	56
Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola (FDCA)	57
Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto (FAJD)	57
Fundo do Projecto Coca Cola (FPCC).....	57
VIII.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO.....	59
Balanço Orçamental	59
Balanço Financeiro	61
Balanço Patrimonial.....	63
IX..GLOSSÁRIO	65

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	16
QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA BASE MONETÁRIA EM 2021	17
QUADRO 3 – BALANÇO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO III TRIMESTRE 2021	21
QUADRO 4 – RECEITA ARRECADADA NO III TRIMESTRE DE 2021	22
QUADRO 5 – DESPESA POR NATUREZA NO III TRIMESTRE DE 2021.....	26
QUADRO 6 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO NO III TRIMESTRE DE 2021	30
QUADRO 7 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO – PIP NO III TRIMESTRE DE 2021	33
QUADRO 8 – TOP 10 DOS PROJECTOS PIP NO SECTOR DA SAÚDE	34
QUADRO 9 – TOP 10 DOS PROJECTOS NO SECTOR DE HABITAÇÃO E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS	35
QUADRO 10 – TOP 10 DOS PROJECTOS NO SECTOR DOS COMBUSTÍVEIS E ENERGIA	35
QUADRO 11 – TOP 10 DOS PROJECTOS PIP NO SECTOR DOS TRANSPORTES	36
QUADRO 12 – EXECUÇÃO DA DESPESA REFERENTE A PREVENÇÃO E COMBATE AO COVID-19 ATÉ JUNHO DE 2021	37
QUADRO 13 – EXECUÇÃO DAS QUOTAS FINANCEIRAS ATRIBUÍDAS POR ÓRGÃO.....	38
QUADRO 14 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA POR CREDOR.....	48
QUADRO 15 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA POR CREDOR.....	49
QUADRO 16 – FLUXO FINANCEIRO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS.....	50
QUADRO 17 – BALANÇO ORÇAMENTAL NO III TRIMESTRE DE 2021	60

QUADRO 18 – BALANÇO FINANCEIRO NO III TRIMESTRE DE 2021.....	62
QUADRO 19 – BALANÇO PATRIMONIAL ATÉ O III TRIMESTRE 2021.....	63

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO BRENT VS. WTI NO III TRIMESTRE.....	16
GRÁFICO 2 – DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO III TRIMESTRE DE 2021	23
GRÁFICO 3 – DECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES.....	24
GRÁFICO 4 – DECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL.....	25
GRÁFICO 5 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EXECUTADAS.....	27
GRÁFICO 6 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES	28
GRÁFICO 7 – DECOMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL	29
GRÁFICO 8 – DESPESA POR FUNÇÃO NO III TRIMESTRE DE 2021.....	31
GRÁFICO 9 – SERVIÇO DE DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTOS.....	43
GRÁFICO 10 – STOCK DE DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTOS	44
GRÁFICO 11 – EXECUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA TRIMESTRAL.....	45
GRÁFICO 12 – STOCK DA DÍVIDA EXTERNA POR PRAZOS.....	46
GRÁFICO 13 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA.....	47

ANEXOS

- ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTAL
- ANEXO 2 – BALANÇO FINANCEIRO
- ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL
- ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- ANEXO 5 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
- ANEXO 6 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
- ANEXO 7 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESAS POR FUNÇÃO
- ANEXO 8 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA PIP
- ANEXO 9 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
- ANEXO 10 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROVÍNCIA
- ANEXO 11 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR PROVÍNCIA
- ANEXO 12 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR UO
- ANEXO 13 – RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROJECTO
- ANEXO 14 – MAPA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS
- ANEXO 15 - MAPA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

SIGLAS, ABREVIATURAS e SIMBOLOGIA

Bbls	Barris de petróleo
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
BPFT – III T	Balanço da Programação Financeira do III Trimestre
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CPP	Contratos de Partilha de Produção
CPS	Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior
CSS-FAA	Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas
Cost Oil	Custos Recuperáveis
DAR	Documento de Arrecadação de Receita
DC	Documento de Cobrança
DEMFAS	Sistema de Análise Financeira e Gestão da dívida
DLI	Documento de Liquidação de Imposto
Exec. %	Execução do Valor Orçamentado
FACRA	Fundo Activo de Capital de Risco Angolano
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário
FADCOM	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações
FADEPA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira e da Agricultura
FAS	Fundo de Apoio Social
FDCA	Fundo do Desenvolvimento do Café de Angola
FFH	Fundo de Fomento Habitacional
FGC	Fundo de Garantia de Crédito
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPCC	Fundo do Projecto Coca Cola
FR	Fundo Rodoviário
FSDEA	Fundo Soberano de Angola
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IRP	Imposto de Rendimento de Petróleo
Kz	Kwanzas
Mbbl	Milhões de Barris
MINFIN	Ministério das Finanças
MININT	Ministério do Interior
MPME	Micro Pequenas e Médias Empresas
LNG	Gás Natural Liquefeito
LR Finance	Linha de Crédito de Israel
OGE	Orçamento Geral do Estado
OGER	Orçamento Geral do Estado Revisto
BT MN	Bilhetes do Tesouro em Moeda Nacional

OT MN	Obrigação do Tesouro em Moeda Nacional
OT – TXC	Obrigações do Tesouro – Títulos Indexados
PAE	Plano Anual de Endividamento
PART	Participação
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PC	Plano de Caixa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
pp	Pontos Percentuais
PNUH	Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
REPIB	Reserva Estratégica para Infra-Estruturas de Base
SIGFE	Sistema de Gestão Financeira do Estado
US\$	Dólares dos Estados Unidos da América
<i>WEO</i>	<i>World Economic Outlook</i>
<i>WTI</i>	<i>West Texas Intermediate</i>
Vs	Versus
N.D	Não disponível
*	Previsões / Estimativas

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório responde à exigência legal, estabelecida nas alíneas b) e c), do n.º 1, do Artigo 275.º da Lei n.º 13/17 de 6 de Julho – Lei Orgânica que Aprova o Regimento da Assembleia Nacional.
2. Nos termos desta disposição legal, "o Presidente da República deve informar à Assembleia Nacional, até 45 dias após o termo do Trimestre a que se refere, para apreciação. O prazo é de até 90 dias, quando se tratar do relatório do quarto trimestre".
3. Deste modo, o presente documento apresenta a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), reflectidos no balanço orçamental, financeiro e patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.
4. A informação apresentada no presente relatório, foi extraída do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), a 31 de Outubro de 2021.
5. O documento é apresentado com base nas normas contabilísticas em vigor, relativas aos registos, permitindo a utilização do método de regularização para cumprimento de um dos princípios elementares de escrituração contabilística, designadamente a especialização do exercício.
6. Conforme estipula o n.º 4 do Artigo 13.º do Decreto n.º 36/09, de 12 de Agosto, "A escrituração deve observar, na sua execução, o princípio da especialização do exercício, no qual as receitas e as despesas são incluídas no apuramento do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento".
7. Assim, a informação apresentada, relativa à execução orçamental, financeira e patrimonial do III Trimestre de 2021, poderá sofrer actualizações decorrentes de regularizações cambiais e correcções de erros materiais ou de forma, de acordo com as normas contabilísticas relevantes para o efeito.
8. No entanto, a melhoria da elaboração do REOGE é um processo contínuo, que deverá ter sempre em conta os seguintes aspectos:

- a) Procedimentos de reconciliação bancária.
 - b) Apuramento dos projectos estruturantes finalizados e incorporação nas contas do activo definitivo.
 - c) Controlo da execução da receita e despesa das unidades orçamentais no exterior (Missões Diplomáticas e Consulares).
 - d) Nível de registo no SIGFE dos institutos, serviços e fundos autónomos.
 - e) Melhorias dos sistemas de integração de dados.
 - f) Melhorias na descrição do impacto social dos projectos PIP.
9. O Relatório de Execução Trimestral do OGE, referente ao III Trimestre de 2021, estrutura-se nos seguintes capítulos:
- Capítulo I – Introdução
 - Capítulo II – Sumário Executivo
 - **Capítulo III – Enquadramento Macroeconómico.** Resume a conjuntura macroeconómica nacional, durante o período em referência, com destaque para o produto interno bruto, inflação, desempenho do comércio externo e evolução do preço do petróleo no mercado internacional.
 - **Capítulo IV – Balanço da Programação Financeira.** Apresenta o Balanço da programação financeira elaborada pelo Tesouro Nacional para o trimestre em análise.
 - **Capítulo V – Execução do Orçamento Geral do Estado.** Expõe o desempenho da receita e da despesa durante o período em análise.
 - **Capítulo VI – Balanço da Dívida Pública.** Evidencia as operações de emissão de dívida, interna e externa, bem como o serviço e *stock* da dívida pública no período.

- **Capítulo VII – Desempenho Orçamental dos Fundos Autónomos.** Apresenta os fluxos de recursos provenientes do Tesouro Nacional, bem como as aplicações de fundos sob gestão de diversas instituições.
- **Capítulo VIII – Demonstrativos financeiros.** Apresenta a posição orçamental, financeira e patrimonial do Estado, reflectidos nos respectivos Balanços, bem como demonstra a Posição Patrimonial do Estado no período em análise.
- **Glossário** – Enuncia os conceitos respeitantes às Finanças Públicas e à Contabilidade Pública, que constam no documento, na visão da execução do Orçamento Geral do Estado.

II. SUMÁRIO EXECUTIVO

10. Apesar do grande impacto da pandemia do COVID-19, a economia mundial continua a dar passos positivos para a recuperação económica. De acordo com o FMI no seu relatório *World Economic Outlook* de Outubro 2021, o acesso à vacina e a rápida implementação de políticas de apoio ao impacto causado pela pandemia, têm sido os principais factores a impulsionar esta recuperação económica.
11. Assim, ainda de acordo com a referida Instituição de Bretton Woods, perspectiva-se que a economia global tenha um crescimento na ordem de 5,9% em 2021 e 4,9% em 2022
12. O OGE 2021, foi elaborado e aprovado com o preço médio de US\$ 39/barril.
13. O preço médio da cotação do Brent ao longo do III Trimestre de 2021, situou-se em cerca de US\$ 72,4 por barril, 85,6% acima dos US\$ 39 previstos no Orçamento Geral do Estado, enquanto que a produção de petróleo diária, foi em média 1,11 MMbbl/dia, registando uma redução de 8,5%, face o valor previsto no OGE 2021
14. No III Trimestre de 2021, a taxa de câmbio média do Kwanza face ao Dólar foi de Kz 624. Já a taxa de câmbio média do Kwanza face ao Euro foi de Kz 734.
15. O coeficiente das Reservas Obrigatórias para os depósitos do sector privado, do Governo Central e dos Governos Locais, em moeda nacional, fixou-se em 22%, no trimestre em análise.
16. No período em apreço, a Balança de Pagamentos foi positiva na ordem dos US\$ 4,8 mil milhões, tendo o total das exportações totalizado US\$ 7,8 mil milhões e o total das importações US\$ 2,9 mil milhões.
17. O serviço da dívida interna correspondeu a Kz 923,42 mil milhões, representando uma redução de cerca de 16% face ao III Trimestre de 2020.

18. No que respeita à execução do serviço da dívida externa, efectuaram-se pagamentos na ordem de Kz 375 mil milhões, representando um aumento de cerca de 2% face ao III Trimestre de 2020.
19. Em 30 de Setembro de 2021, o stock da Dívida Governamental situava-se em Kz 39,1 biliões, equivalente a US\$ 65,2 mil milhões, estando composto por 29% de dívida interna e 71% por dívida externa.
20. A dívida das empresas públicas, designadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em Kz 2,5 biliões, equivalente a US\$ 4,1 mil milhões.
21. O stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental e Dívida das Empresas Públicas, situou-se em torno de Kz 41,6 biliões, equivalente a US\$ 69,4 mil milhões.
22. No âmbito da execução orçamental, o OGE 2021 apresentou uma estimativa de receita e despesa autorizada no valor de Kz 14,7 biliões.
23. No III Trimestre do Exercício de 2021, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 3,88 biliões e realizadas despesas no valor de Kz 2,91 biliões, tendo sido apurado um resultado orçamental superavitário de Kz 975,9 mil milhões.
24. Por outro lado, importa referir que, no período em apreço, o Saldo Fiscal foi igualmente superavitário na ordem dos Kz 943,7 mil milhões. O Saldo Corrente, foi também superavitário na ordem dos Kz 1,3 biliões, demonstrando que as receitas correntes foram suficientes para suprir as despesas correntes do período.
25. A receita arrecadada, no período, apresenta uma execução de cerca de 26%, em relação à receita anual estimada no OGE 2021.
26. Em relação às receitas, foram arrecadadas:
 - a) Receitas Correntes no valor de Kz 2,74 biliões, correspondendo a uma execução de 34% e uma participação sobre a receita total de 71%.

- b) Receitas de Capital no valor de Kz 1,13 biliões, correspondendo a uma execução de 17% e uma participação sobre a receita total de 29%.
27. A Receita de Financiamentos, no período em análise, foi de Kz 1,1 biliões, perfazendo uma execução de 18% do previsto no OGE 2021, e uma participação sobre a receita total do Trimestre de 29%.
28. Relativamente às despesas do período em análise, foram executadas:
- c) Despesas Correntes no valor de Kz 1,41 biliões, correspondendo a uma execução de 18%, em relação à despesa autorizada para o ano, e uma participação sobre a despesa total do Trimestre de 49%.
 - d) Despesas de Capital no valor de Kz 1,49 biliões, correspondendo a uma execução de 22%, em relação à despesa autorizada no OGE de 2021, e uma participação sobre a despesa total do período de 51%.
29. A despesa realizada no período em relato ascendeu ao montante de Kz 2,91 biliões, correspondendo a uma execução de 20% em relação à despesa anual autorizada.
30. No Balanço da Programação Financeira do III Trimestre de 2021 arrecadaram-se:
- e) Receitas Fiscais no valor de Kz 2,4 biliões, sendo as petrolíferas no valor de Kz 1,65 biliões e as não petrolíferas no valor de Kz 789,6 mil milhões.
 - f) Receita de Financiamentos de Kz 999,8 mil milhões.
 - g) Fluxo total de entradas, no valor de Kz 3,4 biliões, que inclui as receitas fiscais, de financiamento e do PIIM.
31. O Balanço da programação financeira gerou disponibilidades líquidas no valor de Kz 2,5 biliões e registou despesas totais no período na ordem dos Kz 2,4 biliões.

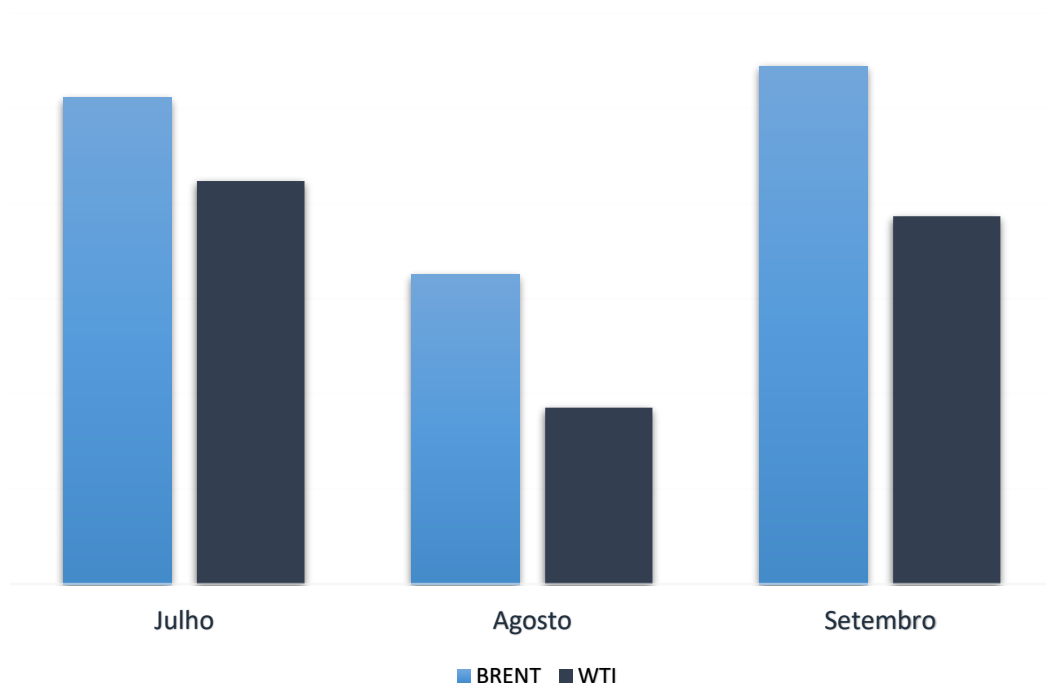
III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

32. Este enquadramento resume a conjuntura macroeconómica nacional durante o período em análise, com destaque para o produto interno bruto, inflação, desempenho do comércio externo e evolução do preço do petróleo no mercado internacional.

Perspectivas Globais e Indicadores Nacionais

33. O OGE 2021, foi elaborado e aprovado com o preço médio de US\$ 39/barril e prevê um crescimento do PIB nulo.
34. No III Trimestre a produção de petróleo diária, foi em média 1,11 MMbbl/dia, demonstrando uma redução de 8,5%, face o valor previsto no OGE 2021.
35. O preço médio da cotação do Brent (ramas angolanas), ao longo do III Trimestre de 2021, situou-se em cerca de US\$ 72,4 barril, 85,6% acima dos US\$ 39 previstos no Orçamento Geral do Estado.
36. O preço do petróleo Brent verificou um aumento significativo, nos meses de Julho e Setembro, cifrando-se em US\$ 74,3 e US\$ 74,9 respectivamente, tendo se verificado um ligeiro abrandamento do preço do petróleo Brent no mês de Agosto. Situação similar também se verificou ao longo destes meses em relação ao petróleo WTI.
37. O gráfico 1, apresenta a evolução mensal do preço do Petróleo Brent e WTI, durante o III Trimestre de 2021.

Gráfico 1 – Evolução do preço do Petróleo Brent vs. WTI no III Trimestre



Fonte: Reuters

38. O Quadro 1, apresenta o comportamento dos pressupostos macroeconómicos da economia nacional, do trimestre em análise.

Quadro 1 – Pressupostos Macroeconómicos

Indicadores	2021			
	OGE	I T	II T	III T
Taxa de Câmbio média, Kz/US\$	721,0	637,9	642,1	632,4
Inflação Acumulada (%)	18,7	5,5	12,1	19,4
Produção Petrolífera (mil Bbl)/dia)	1 220,4	1 121,8	1 140,1	1 101,0
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)***	39	55,8	63,7	70,1

Fonte: BNA/INE/ANPG/MIREMPET

Sector Monetário

39. No III Trimestre de 2021, o efeito da combinação das políticas fiscal, monetária e cambial, resultou em uma diminuição da Base Monetária em 13%, conforme demonstra o quadro 2.

Quadro 2 – Evolução da Base Monetária em 2021

Impacto da Coordenação das Políticas sobre a Base Monetária	III T 2021	Exec/Var. da BM	Exec/Stock da BM
Operações do Tesouro	101 324	-58%	6%
Política Fiscal	-319 732	183%	-18%
Operações de Dívida e Regularizações	421 056	-241%	24%
Política Monetária (Impacto Instrumental	-369 569	212%	-21%
Operações de Mercado Aberto	-421 923	242%	-24%
Operações estruturais (cedência de Liquidez)	0	0%	0%
Facilidades Permanentes de Liquidez	52 354	-30%	3%
Redesconto	0	0	0
Política Cambial	45 521	-26%	3%
Efeito Combinado das Políticas Fiscal, Monetária e Cambial	-222 723	128%	-13%

Fonte: BNA

40. No que concerne aos instrumentos de gestão da política monetária, o Banco Nacional de Angola pautou-se pela subida da taxa de juro básica (Taxa BNA) em 20%.
41. O coeficiente das Reservas Obrigatórias para os depósitos do sector privado, do Governo Central e dos Governos Locais, em moeda nacional, manteve-se em 22%, no trimestre em análise.

Sector Cambial

42. O regime cambial flutuante, em que a taxa de câmbio é livremente definida pelo mercado, tem permitido uma alocação mais eficiente dos recursos cambiais, através da sua oferta em leilões de venda de divisas mais regulares, não perdendo de vista o atendimento prioritário das necessidades produtivas da economia nacional.
43. No III Trimestre de 2021, a taxa de câmbio média do Kwanza face ao dólar foi de Kz 624. Ao passo que a taxa de câmbio média do Kwanza face ao Euro foi de Kz 734.

Comércio Externo

44. No III Trimestre de 2021, o valor aduaneiro das exportações cifrou-se em Kz 4,2 biliões, com uma variação em relação ao período homólogo de cerca de 33%.
45. Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (petróleo bruto), foram a principal mercadoria exportada, com um contributo de Kz 3,5 biliões, representando um aumento de 84% em relação ao período homólogo. A China foi o principal destino das mercadorias angolanas, com um contributo de Kz 2,5 biliões, representando um aumento de 25%, comparando com o período homólogo e uma participação de cerca de 60% do total das exportações, seguida pelos Emirados Árabes Unidos e pela Índia, com uma participação de 7% e 5% respectivamente.
46. No III Trimestre de 2021, o valor aduaneiro das importações cifrou-se em Kz 1,9 biliões, representando um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano de 2020.
47. Óleos de petróleo, excepto óleos brutos, foram o principal produto importado com um valor total de Kz 331 mil milhões, com uma participação de 17% do total das importações, representando um aumento de 161% em relação ao mesmo período de 2020. Importa dar nota de que, os dados referentes às exportações e às importações, relativos ao sector petrolífero, sofrem actualizações constantes, podendo ser actualizados até 90 dias após o término do período. Por essa razão, os números apresentados devem ser considerados como sendo provisórios.
48. A China foi o principal fornecedor de Angola, atingindo um valor comercial de Kz 277 mil milhões, apresentado um aumento de 46% em relação ao período homólogo, o que representou uma participação de cerca de 14% sobre o total fornecido, seguida por Portugal pela Índia, com uma participação de 12% e 6% respectivamente.
49. Assim, em relação à Balança de Pagamentos, de acordo os dados do BNA, no período em análise, registou-se um saldo positivo na ordem dos US\$ 4,8 mil milhões, tendo o total das exportações totalizado US\$ 7,8 mil milhões e o total das importações no valor US\$ 2,9 mil milhões.

IV. BALANÇO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO III TRIMESTRE DE 2021

50. O Balanço da Programação Financeira do Tesouro, para o III Trimestre de 2021 (BPFT- III T 2021), foi elaborada tendo em atenção as disposições legais que regulam a execução financeira do Orçamento Geral do Estado, em consonância com a Programação Macro Fiscal para o ano em referência.
51. O BPFT- III T 2021 contém as entradas e saídas de recursos financeiros no período em referência, evidenciando operações com Incidência Directa e Indirecta de Tesouraria.
52. No período em análise, verificaram-se entradas de recursos financeiros no valor de Kz 3,4 biliões, decompostos da seguinte forma:
 - a) Receitas fiscais no valor de Kz 2,4 biliões, sendo Kz 1,6 biliões de receitas petrolíferas e Kz 789 mil milhões de receitas não petrolíferas, representando uma execução de 102% em relação ao OGE previsto para o III T de 2021, e uma participação sobre o total da receita de 47% e 23% respectivamente.
 - b) Receita de financiamento no valor de Kz 999,8 mil milhões, sendo Kz 322,7 mil milhões de Desembolsos de Financiamento Interno e Kz 677 mil milhões de Desembolsos de Financiamento Externo, representando uma execução de 66% e 52% em relação a programação prevista para o III T de 2021, e uma participação sobre o total da receita de 9% e 19% respectivamente.
 - c) Receitas referente aos recursos destinados ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), na ordem dos Kz 46,6 mil milhões, representando uma execução de 73% face ao valor programado.
53. No período em análise, verificaram-se saídas de recursos financeiros no valor de Kz 2,49 biliões, que se decompõem da seguinte forma:
 - d) Serviço da Dívida no valor de Kz 1,23 biliões, correspondendo a 49% das saídas totais.

- e) Despesas com Pessoal no valor de Kz 461,96 mil milhões, representando 19% das saídas totais.
 - f) Despesas de Bens e Serviços, perfazendo Kz 193,1 mil milhões, representando 8% do total das saídas.
 - g) Despesas de Capital no valor de Kz 394,6 mil milhões, correspondendo 16% do total das saídas.
 - h) Transferências Correntes no valor de Kz 107,3 mil milhões, representando 4% das saídas totais.
 - i) Subsídios no valor de Kz 11 mil milhões, correspondendo a cerca de 0,4% do total das saídas.
54. Foram ainda registadas saídas de Despesas Transitadas no valor de Kz 94,1 mil milhões, compostas da seguinte forma:
- j) Despesas de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar) no valor de Kz 35,3 mil milhões, correspondendo a 37% do total das Despesas transitadas.
 - k) Despesa de períodos anteriores no valor de Kz 58,8 mil milhões, correspondendo a 63% do total das Despesas transitadas.
55. Esta programação financeira gerou disponibilidades líquidas no valor de Kz 2,5 biliões. Tendo em conta os fluxos de entradas de Kz 3,4 biliões menos as consignações de Kz 993,2 mil milhões e de pagamentos de Kz 2,4 biliões e menos os Kz 94,1 mil milhões da despesa transitada. Assim, o Balanço de execução da Programação Financeira do III Trimestre gerou um Saldo negativo do Período de Kz 4,4 mil milhões.
56. O Défice no período, foi coberto em cerca de Kz 2,1 biliões pelo saldo proveniente do Disponível da CUT e dos saldos das contas *Escrow*. Assim, considerando a cobertura do défice, o saldo final do período foi positivo em Kz 2,1 biliões, tal como se pode observar no Quadro 3.

Quadro 3 – Balanço da Programação Financeira do III Trimestre 2021

(Milhões de Kwanzas)

N.º	DESCRIÇÃO	PFT III T 2021	Execução PFT	Part. %
1	ENTRADAS TOTAIS	4 267 188	3 493 997	82%
1.1	Receita Fiscal	2 403 508	2 447 510	102%
1.1.1	Petrolífera	1 590 649	1 657 835	104%
1.1.1.1	Sonangol	1 204 210	1 183 788	98%
1.1.1.1.1	Impostos	0	0	0
1.1.1.1.2	Concessionária	1 204 210	1 183 788	98%
1.1.1.2	Outras Companhias	386 439	474 048	123%
1.1.2	Não Petrolífera	812 859	789 675	97%
1.1.2.1	Receita Diamantífera	6 862	24 715	360%
1.1.2.2	Receitas Aduaneiras	73 286	95 116	130%
1.1.2.3	Imposto Sobre Aplicação de Capitais	43 501	30 597	70%
1.1.2.4	Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	243 087	161 856	67%
1.1.2.5	Imposto Sobre Rendimento do Trabalho	154 058	99 128	64%
1.1.2.6	Imposto Industrial	196 607	157 262	80%
1.1.2.7	Outras receitas não petrolíferas	95 457	221 002	232%
1.2	Receita de Financiamento	1 800 025	999 801	56%
1.2.1	Desembolsos de Financiamento Interno	487 584	322 718	66%
1.2.2	Desembolsos de Financiamento Externo	1 312 441	677 083	52%
1.4	Plano Integrado de Intervenção nos Municípios	63 655	46 686	73%
2	RECURSOS CONSIGNADOS	1 887 918	993 209	53%
2.1	Consignações Correntes	1 887 918	993 209	53%
2.1.1	Petrolíferas	1 804 275	946 081	52%
2.1.2	Não Petrolíferas	40 643	14 856	37%
2.1.3	Fundo de Regularização da Dívida	43 000	32 272	75%
3	DISPONIBILIDADES LIQUIDAS (1-2)	2 379 270	2 500 788	105%
4	FLUXO TOTAL DE PAGAMENTOS NO PERÍODO	3 088 216	2 496 331	81%
4.1	Despesa Transitada	260 880	94 135	36%
4.2	Despesa do Período	2 827 336	2 402 196	85%
4.2.1	Despesa com Pessoal	624 071	461 965	74%
4.2.2	Despesa em Bens e Serviços	185 557	193 103	104%
4.2.3	Transferências Correntes	182 708	107 317	59%
4.2.4	Subsídios	64 975	11 095	17%
4.2.5	Despesa de Capital	138 856	394 646	284%
4.2.6	Serviço Da Dívida	1 631 168	1 234 070	76%
4.2.7	Reservas Orçamentais	274 081	0	0%
5	SALDO DO PERÍODO (3-4)	-708 946	4 458	-0,63%
6	COBERTURA DO DÉFICE DO EXERCÍCIO	1 827 186	2 159 873	118%
6.1	Saldos da Escrow	630 101,09	388 443	62%
6.2	Saldos da CUT	1 197 085	1 771 430	148%
7	SALDO NO FINAL DO PERÍODO (6-5)	1 118 240	2 164 330	194%
7.1	Saldos provenientes da CUT Indisponível	1 118 240	0	0%
8	SALDO NO FINAL DO PERÍODO 2 (7+7.1)	2 236 480	0	0%

Fonte: MINFIN

V. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO NO III TRIMESTRE

57. Este capítulo, demonstra a arrecadação de receitas e realização de despesas pelos organismos públicos. No III Trimestre do exercício de 2021, o Orçamento Geral do Estado apresentou a execução que se descreve em seguida.

Receitas Arrecadadas

58. No III Trimestre de 2021, a receita total arrecadada cifrou-se em Kz 3,88 biliões, correspondendo a uma execução de 26% da receita anual estimada e um incremento de 36% em comparação com o período homólogo.
59. O aumento é justificado pela melhoria na arrecadação de receitas petrolíferas, considerando o aumento do preço do petróleo, comparativamente ao período homólogo. Por outro lado, as receitas diamantíferas aumentaram significativamente acima dos 100% face ao período homólogo.
60. O Quadro 4 ilustra a execução da Receita nas diferentes rubricas orçamentais, demonstrando uma maior captação de recursos a nível das receitas petrolíferas.

Quadro 4 – Receita Arrecadada no III Trimestre de 2021

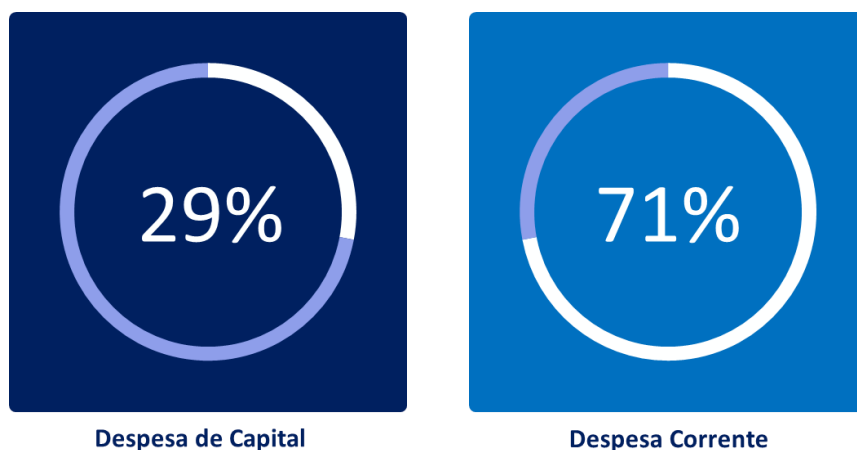
(Milhões de Kwanzas)

Receitas	Prevista	Arrecadada			Exec.%	Part.%	Var. % Homóloga
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Correntes	8 104 860	2 496 851	2 749 543	1 572 267	34%	71%	75%
Petrolíferas	4 059 222	1 306 079	1 765 987	699 327	44%	45%	153%
Concessionária	2 786 675	862 801	1 299 849	490 803	47%	33%	165%
Companhias	1 272 547	443 279	466 137	208 525	37%	12%	124%
Diamantíferas	28 112	13 557	16 301	2 686	58%	0%	507%
Outras Receitas Tributárias	3 339 996	1 150 266	938 915	740 453	28%	24%	27%
Outras Receitas Patrim. e Correntes	349 497	26 949	28 341	25 581	8%	1%	11%
Receitas de Contribuições Sociais	328 032	0	0	104 220	0%	0%	-100%
Capital	6 680 341	774 784	1 139 288	1 277 468	17%	29%	-11%
Alienações	155 558	8 343	6 597	1 039	4%	0%	535%
Financiamentos	6 186 509	766 055	1 132 284	1 276 423	18%	29%	-11%
Internos	2 190 961	623 238	337 606	519 770	15%	9%	-35%
Externos	3 995 548	142 818	794 678	756 653	20%	20%	5%
Receita De Transferências De Capital	0	386	407	7	0%	0%	5710%
Outras Receitas de Capital	338 274	0	0	0	0%	0%	0%
Total Geral	14 785 201	3 271 635	3 888 831	2 849 735	26%	100%	36%

Fonte: MINFIN.

61. Conforme apresentado no quadro 4, as receitas totais decompõem-se em receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes representaram 71% da receita total, e por outro lado, as receitas de capital registaram um peso percentual de 29%, tal como se pode observar no gráfico 2.

Gráfico 2 – Decomposição da Receita Arrecadada no III Trimestre de 2021
(Em Percentual)



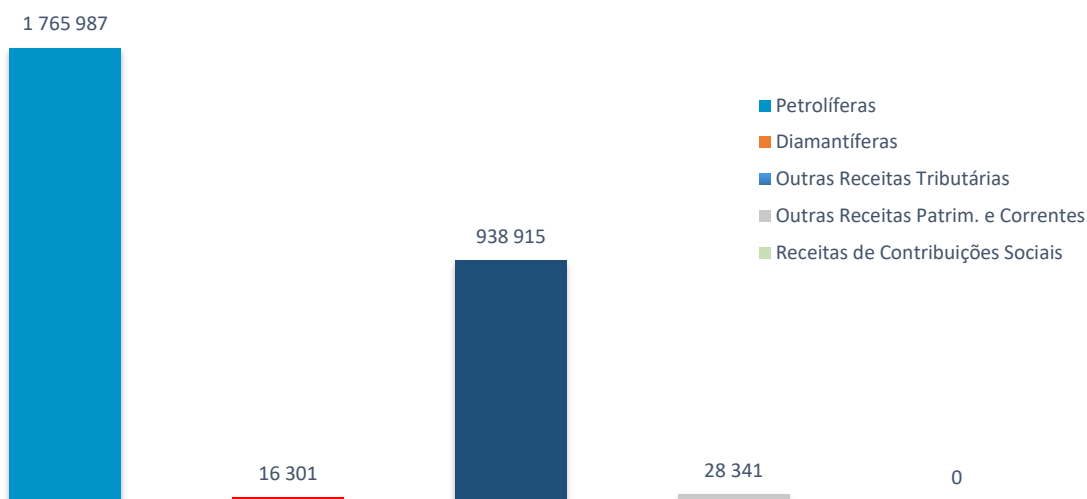
Fonte: MINFIN

Receitas Correntes

62. No período em análise, as receitas correntes arrecadadas totalizaram cerca de Kz 2,74 biliões, e registaram uma execução de 34% da receita anual estimada, e representavam um peso percentual de 71% sobre a receita total.
63. As receitas correntes registaram um aumento de cerca de 75% face ao período homólogo, influenciado principalmente pelo aumento na arrecadação das receitas petrolíferas (associado ao aumento do preço do petróleo) e receitas diamantíferas, com variações homólogas na ordem de 153% e 507%, respectivamente.
64. O gráfico 3 apresenta a decomposição das receitas correntes no período em análise.

Gráfico 3 – Decomposição das Receitas Correntes

(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

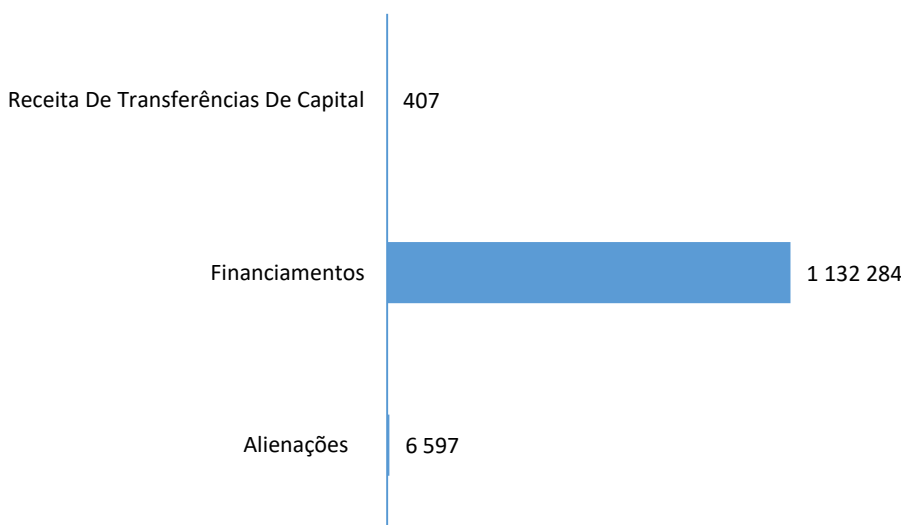
65. A Receita do Sector Petrolífero, que é composta pela receita da Concessionária e a receita das Companhias Petrolíferas associadas, registou uma arrecadação de Kz 1,7bilhões, representando uma execução de 44% e uma participação de 45% sobre a receita total prevista.
66. As receitas das Companhias Petrolíferas Associadas, entram nos cofres do Estado pelos diversos impostos afectos ao sector, nomeadamente o Imposto Sobre a Produção e Transacção de Petróleo e a Taxa de Transacção, pagos internamente, e aqueles referentes ao serviço da dívida externa, conhecidos como carregamentos dedicados.
67. As outras receitas tributárias registaram uma arrecadação na ordem dos Kz 938 mil milhões, com destaque para os impostos sobre rendimento do trabalho por conta de outrem, imposto industrial, Imposto sobre o Valor Acrescentado e imposto sobre as importações. As receitas tributárias tiveram uma execução de 28% e uma participação de 24%.
68. As Outras Receitas Patrimoniais e Correntes, que comportam Receitas de Serviços Comerciais, Notariado e Diversos, bem como Receitas com

Indemnizações e Rendimentos de Imóveis, registaram uma execução na ordem dos Kz 28,3 mil milhões, registando uma execução de 8% e uma participação de 1% sobre a receita total.

Receitas de Capital

69. No trimestre em análise, as Receitas de Capital ascenderam o valor de Kz 1,13 mil milhões, correspondendo a uma execução de 17% do valor anual estimado e uma participação sobre a receita total do Trimestre de 29%.
70. O gráfico 4 apresenta a decomposição das receitas de capital, no trimestre em análise.

Gráfico 4 – Decomposição das Receitas de Capital
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

71. As Receitas de Alienações registaram uma arrecadação de cerca de Kz 6,5 mil milhões, representando um aumento significativo acima dos 100%, face ao período homólogo, e uma execução de 4% face ao valor total estimado.
72. As Receitas de Financiamento Interno e Externo atingiram uma participação de 29% sobre a Receita Total e uma execução de 18% em relação a Receita anual prevista. Comparativamente ao período homólogo, as receitas de financiamentos registaram uma ligeira redução na ordem dos 11%.

73. As receitas de financiamentos externos representaram maior fatia das receitas de capital, com uma execução na ordem dos Kz 756,6 mil milhões, correspondente a uma execução de 20% face ao valor anual estimado, e uma participação sobre a receita total de 20%.
74. Importa salientar que, as receitas de financiamentos apresentadas neste capítulo podem apresentar, em lapsos de tempo, diferenças em relação às receitas que efectivamente entraram nos cofres do Estado, devido a óptica do registo da receita de financiamento no sistema financeiro.
75. Este facto ocorre, uma vez que, em observância ao princípio do equilíbrio orçamental, as receitas de financiamentos são apenas registadas mediante o registo da execução da despesa por parte das Unidades Orçamentais, causando um desfasamento temporal no registo.

Despesas Realizadas

76. A despesa total realizada, no período em análise, ascendeu o montante de Kz 2,9 biliões, correspondendo a uma execução de 20% em relação à despesa autorizada e uma ligeira redução de 5%, comparativamente ao período homólogo.
77. O Quadro 5 apresenta a realização da Despesa por natureza, referente ao III Trimestre de 2021.

Quadro 5 – Despesa por natureza no III Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

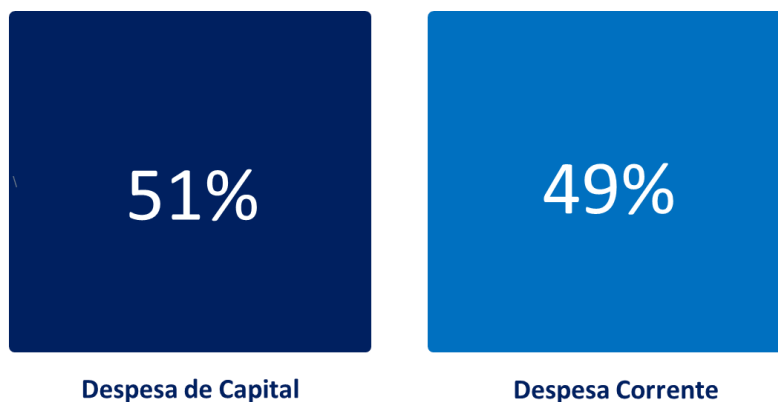
Natureza da Despesa	Prevista	Realizada			Exec. %	Part. %	Var. % Homologa
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Correntes	7 980 306	1 591 034	1 414 073	1 357 922	18%	49%	4%
Pessoal e Contrib.do Empregador	2 492 711	498 245	503 461	552 168	20%	17%	-9%
Bens	617 260	176 190	152 371	148 499	25%	5%	3%
Serviços	1 057 127	152 000	189 846	98 211	18%	7%	93%
Juros da Dívida	2 830 682	603 042	436 565	413 307	15%	15%	6%
Subsídios e Outras Transferências	982 526	161 556	131 830	145 738	13%	5%	-10%
Capital	6 804 755	1 578 799	1 498 457	1 707 603	22%	51%	-12%
Investimentos	1 822 615	324 496	369 653	389 052	20%	13%	-5%
Transferências de Capital	102 893	14 750	21 723	4 193	21%	1%	418%

Natureza da Despesa	Prevista	Realizada			Exec. %	Part. %	Var. % Homologa
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Despesas de Capital Financeiro	4 876 312	1 239 458	1 106 930	1 312 577	23%	38%	-16%
Outras Despesas De Capital	2 934	95	151	1 782	5%	0%	-92%
Reserva Orçamental	141	-	0	0	0%	0%	0%
Total Geral	14 785 201	3 169 832	2 912 529	3 065 526	20%	100%	-5%

Fonte: MINFIN

78. Tal como se pode observar, as despesas totais são decompostas por despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes representaram 50% da despesa total, enquanto que a despesa de capital representa de igual modo cerca de 50%, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5 – Decomposição das Despesas Executadas
(Em Percentual)

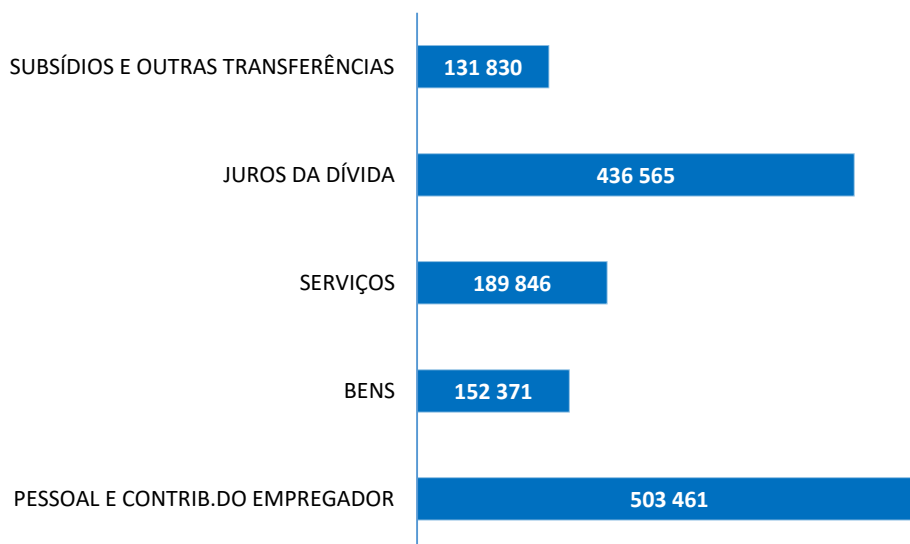


Fonte: MINFIN

Despesas Correntes

79. As Despesas Correntes realizadas no período, ascenderam a Kz 1,41 biliões, correspondendo a uma execução de 18%, em relação à despesa autorizada, e uma participação de 50% da despesa total.
80. O gráfico 6 apresenta a execução das despesas correntes, nas diversas naturezas económicas.

Gráfico 6 – Decomposição das Despesas Correntes
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

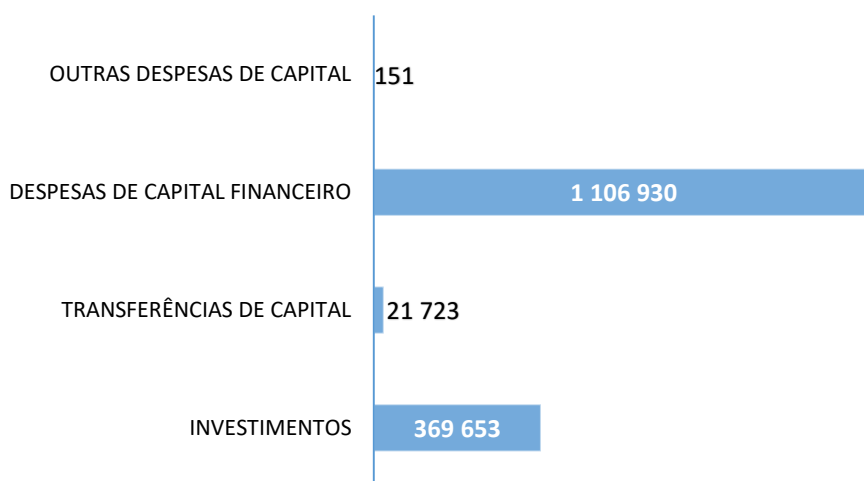
81. Os Encargos com Pessoal, que se referem a pagamentos de salários e obrigações remuneratórias, registaram uma realização na ordem dos Kz 503,4 mil milhões, representando uma taxa de execução de 20% e uma participação de 17% sobre a despesa total realizada. Comparativamente ao III Trimestre de 2020, registou-se uma ligeira redução de 9%.
82. No período em análise, as Despesas de Bens e de Serviços registaram uma execução de 25% e 18%, respectivamente. As despesas de Bens e de serviços verificaram um aumento de 3% e 93%, respectivamente, face ao III Trimestre de 2020.
83. As Despesas com Juros da Dívida (Interna e Externa), foram executadas na ordem dos Kz 436,5 mil milhões, tendo sido registada uma taxa de execução e de participação de 15%. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um aumento de 6%.
84. As Despesas com Subsídios e Transferências registaram uma execução na ordem dos Kz 131,8 mil milhões, correspondendo a uma execução de 13%, sendo caracterizadas, essencialmente, pelos subsídios operacionais, subsídios

a preços, subsídios para cobertura de custos com pessoal, transferências para as famílias, bolsas de estudo e subsídios para entidades tradicionais.

Despesas de Capital

85. As Despesas de Capital realizadas no período ascenderam a Kz 1,57 biliões, demonstrando uma execução de 23% e uma participação sobre a despesa total de 50%. Houve uma redução de 9% face ao III Trimestre de 2020, fruto de uma redução sobretudo na execução das despesas de capital financeiro.
86. O gráfico 7 apresenta a composição das despesas de capital, no período em análise.

Gráfico 7 – Decomposição das Despesas de Capital
(Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

87. As Despesas de Investimento tiveram uma execução na ordem dos Kz 369,6 mil milhões, que equivale a 20% do valor autorizado. As despesas de Investimento estavam desagregadas em Construções de Imóveis, Infra-estruturas e Instalações, Meios e Equipamentos de Transporte e Aquisição de Imóveis, e apresentaram uma diminuição de 5%, face ao III Trimestre de 2020.

88. A execução da Despesa de Capital Financeiro ascendeu a Kz 1,1 biliões, representando uma execução de 23% e uma participação de 38% sobre a despesa total, destacando-se o pagamento de amortizações de capital a credores internos, na ordem dos Kz 691,3 mil milhões, o equivalente a 62% do valor das amortizações executadas.

Despesas Por Função

89. A Execução da Despesa por Função, esboça a acção governamental, nos diferentes sectores, como por exemplo: Saúde, Educação, Protecção Social e Defesa. Tal como está apresentada no Quadro 6, não espelha as Operações da Dívida Pública, por não fazer referência a uma função governamental.
90. Assim, tal como apresentado no quadro 6, a execução das despesas por função, excluindo as operações da dívida pública, totalizou cerca de Kz 1,36 biliões, representando um ligeiro aumento de 2%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 6 – Despesa Realizada por Função no III Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

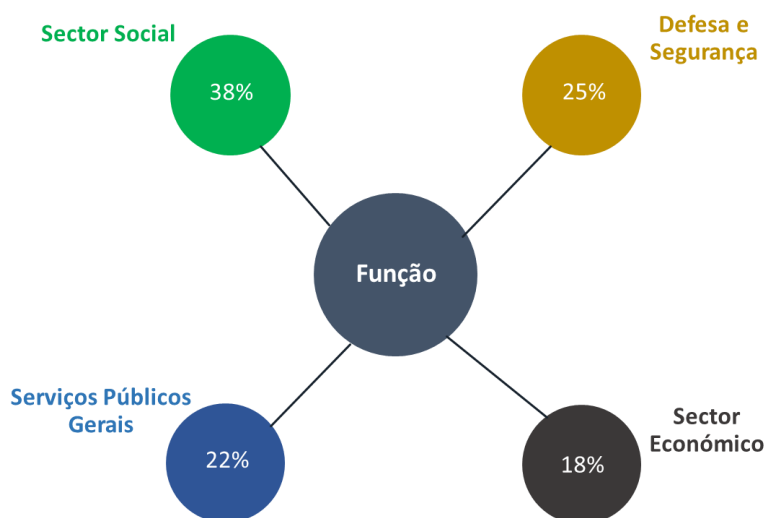
Funções do Governo	Autorizada	Realizada			Exec. %	Part. %	Var. % Homóloga
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Sector Social	2 960 187	483 372	517 897	454 028	17%	38%	14%
Educação	1 032 308	159 217	202 396	176 169	20%	15%	15%
Saúde	856 079	165 676	156 720	125 756	18%	11%	25%
Protecção Social	594 015	59 152	50 348	90 406	8%	4%	-44%
Habitação e Serviços Comunitários	409 466	88 260	97 287	39 743	24%	7%	145%
Recreação Cultura e Religião	57 531	9 525	10 574	12 222	18%	1%	-13%
Protecção Ambiental	10 789	1 542	572	9 732	5%	0%	-94%
Assuntos Económicos	1 083 468	236 634	195 760	255 021	18%	14%	-23%
Agricultura, Sívicult, Pesca e Caça	109 135	15 044	39 013	11 074	36%	3%	252%
Combustíveis e Energia	490 558	120 242	69 558	145 439	14%	5%	-52%
Industria Extractiva, construção	40 818	11 218	4 582	810	11%	0%	466%
Assuntos Econ Gerais, Com E Laborais	47 163	3 744	6 392	3 398	14%	0%	88%
Transportes	344 523	80 758	73 946	87 179	21%	5%	-15%
Comunicações E Tecn Da Informação	22 343	5 528	2 163	7 030	10%	0%	-69%
Outros Actividades Económicas	809	98	107	90	13%	0%	19%
Invest. E Desen.(I&D)Em Assunt.Econ.	28 118	2	0	2	0%	0%	-100%

Funções do Governo	Autorizada	Realizada			Exec.%	Part.%	Var. % Homóloga
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Defesa e Segurança	1 443 721	366 705	354 921	441 274	25%	26%	-20%
Defesa Nacional	698 729	178 240	178 763	206 551	26%	13%	-13%
Segurança e Ordem Pública	744 992	188 465	176 158	234 723	24%	13%	-25%
Serviços Públicos Gerais	1 501 946	239 287	300 236	189 225	20%	22%	59%
Totais	6 989 322	1 325 998	1 368 815	1 339 547	20%	100%	2%

Fonte: MINFIN.

91. No período em apreço, o sector com maior execução foi o Sector Social, com uma execução na ordem dos Kz 517,8 mil milhões, equivalendo cerca de 17% do valor orçamentado, e representando um peso de 38% sobre a despesa total executada.
92. Seguidamente, apresenta-se o sector de Defesa e Segurança, com uma execução de Kz 354,9 mil milhões, representando uma execução de 25% e uma participação de 26% da despesa total executada.
93. Os sectores dos Serviços Públicos Gerais e Económico, tiveram uma execução de 20% e 18%, e representaram um peso percentual sobre a despesa total executada de 22% e 14%, respectivamente, tal como se pode observar no gráfico 8.

Gráfico 8 – Despesa por Função no III Trimestre de 2021
(Em Percentagem)



Fonte: MINFIN.

94. No Sector Social, a despesa com maior orçamento atribuído foi para o Sector da Educação, tendo sido autorizado cerca de Kz 1 bilião e, no trimestre em análise, foram executadas despesas no valor de Kz 202,3 mil milhões, demonstrando uma execução de 20%.
95. Seguidamente, apresenta-se o sector da Saúde com uma despesa autorizada na ordem dos Kz 856 mil milhões e teve uma execução no valor de Kz 156,7 mil milhões, que corresponde a 18% do valor autorizado.
96. No Sector Económico, o sector com maior execução foi o sector dos Transportes, com uma execução na ordem dos Kz 73,9 mil milhões, que corresponde a 21% da despesa autorizada.
97. A segunda função governamental com maior execução no Sector Económico é o Sector dos Combustíveis e Energia, com uma execução de Kz 69,5 mil milhões, correspondente a uma execução de 14% face ao valor orçamentado.

Despesas do Programa de Investimento Público (PIP)

98. As despesas executadas no âmbito do Programa de Investimento Público (PIP), apresentam as despesas efectuadas nos projectos sociais para benefício dos cidadãos.
99. No III Trimestre de 2021, esta despesa foi realizada na ordem dos Kz 350,8 mil milhões, representando uma execução de 20%, face a despesa autorizada para o PIP, e uma ligeira redução de cerca de 7% em relação ao período homólogo.
100. Importa referir que, grande parte do PIP representa a execução de obras de infra-estruturas públicas, desagregadas por função e subfunção, tendo os sectores Social e Económico verificado as maiores participações, na ordem dos 44% e 34%, respectivamente. Estas despesas corresponderam a uma execução no valor de Kz 152,6 mil milhões e Kz 120,5 mil milhões, respectivamente.
101. O Sector da Defesa e Segurança realizou despesas PIP no valor de Kz 37,9 mil milhões, representando uma execução de 43% e uma participação de 11% sobre o total das despesas realizadas.

102. A execução de despesas do projecto PIP no sector dos Serviços Públicos Gerais tiveram uma execução no valor de Kz 39,6 mil milhões, obtendo uma taxa de execução de 25% e uma participação sobre a despesa total executada de apenas 11%, conforme se pode observar no quadro 7.

Quadro 7 – Despesa Realizada por Função – PIP no III Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

FUNÇÕES DO GOVERNO	Autorizada	Realizada			Exec.%	Part.%	Var. % Homóloga
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Sector Social	699 862	113 203	152 653	91 388	22%	44%	67%
Educação	88 599	12 075	13 185	11 676	15%	4%	13%
Saúde	227 196	31 558	60 085	41 510	26%	17%	45%
Protecção Social	14 572	777	7 523	310	52%	2%	2327%
Habitação e Serviços Comunitários	344 012	66 850	71 613	33 738	21%	20%	112%
Recreação, Cultura e Religião	25 763	990	217	4 066	1%	0%	-95%
Protecção Ambiental	-280	953	30	90	0%	0%	-67%
Sector Económico	774 035	182 601	120 541	221 774	16%	34%	-46%
Agricultura, Sivicult., Pescas e caça Ambiente	31 887	9 199	6 201	3 623	19%	2%	71%
Combustíveis e Energia	365 056	82 825	48 623	134 485	13%	14%	-64%
Industria Extrac. Transf. E Construção	22 287	9 420	1 968	-81	9%	1%	-2529%
Assuntos Econ. Gerais, Com. E Laborais	6 625	538	0	0	0%	0%	0%
Comunicação	16 427	3 563	0	630	0%	0%	-100%
Transportes	331 603	77055	63 749	83 115	19%	18%	-23%
Invest. E Des. Em Assunt. Económicos	0	0	0	0	0%	0%	0%
Outros Serviços Económicos	149	0	0	0	0%	0%	0%
Defesa e Segurança	88 122	3 830	37 989	22 834	43%	11%	66%
Defesa Nacional	72 641	2 236	34 817	1 539	48%	10%	2162%
Segurança e Ordem Pública	15 481	1593	3 172	21 295	20%	1%	-85%
Serviços Públicos Gerais	155 843	3 813	39 633	41 023	25%	11%	-3%
Totais	1 717 861	303 448	350 815	377 018	20%	100%	-7%

Fonte: MINFIN.

103. No III Trimestre de 2021, as funções governamentais com maior execução do PIP no Sector Social, foram a Habitação e Serviços Comunitários, e o sector da Saúde, tendo realizado despesas na ordem dos Kz 71,6 mil milhões e Kz 60 mil milhões, representando um peso sobre a despesa total do PIP em cerca de 20% e 17%, respectivamente.
104. De seguida, as funções governamentais com maior execução do PIP no Sector Económico, foram o sector dos Combustíveis e Energia, e o sector dos

Transportes, com execuções na ordem dos Kz 48,6 mil milhões e Kz 63,7 mil milhões, respectivamente.

105. Deste modo, apresentam-se os 10 maiores projectos PIP com maior grau de execução financeira, no âmbito das funções governamentais, ora apresentadas.
106. O quadro 8 apresenta os 10 projectos com maior execução financeira no sector da Saúde.

Quadro 8 – Top 10 dos Projectos PIP no Sector da Saúde

(Milhões de Kwanzas)

Projecto PIP	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Reabilitação Do Hospital Sanatório De Luanda	36 916	17 583	48%
Construção Apetrechamento Unidade Tratamento Queimados Luanda	17 176	15 495	90%
Construção Apetrechamento 1ª Fase Hospital Geral Pediatria Luanda	21 745	6 835	31%
Construção Apetrechamento 1ª Fase Do Hospital Geral Cabinda	14 322	5 062	35%
Construção E Apetrechamento Do Hospital Pedro Maria Tonha "Pedalé"	10 278	4 748	46%
Construção Do Novo Armazém Do Pav	2 419	2 419	100%
Reabilitação Do Hospital Central Da Huíla (Dr.António Agostinho Neto)	2 033	1 972	97%
Reabilitação, Ampliação E Apetrechamento Do Hospital Municipal Da Nharea	1 005	882	88%
Reabilitação E Ampliação Do Hospital Municipal Do Luau	730	386	53%
Reabilitação Do Hospital Municipal Jamba De 70 Camas	597	316	53%
Total	107 220	55 699	52%

Fonte: MINFIN

107. O quadro 9, demonstra os 10 projectos com maior execução no sector de Habitação e Serviços Comunitários, no período em análise.

Quadro 9 - Top 10 dos Projectos no Sector de Habitação e Serviços Comunitários
(Milhões de Kwanzas)

Projecto PIP	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Estudo E Construção Do Sistema De Água Nacional Pdisa li (Bm & Goa)	5 142	4 540	88%
Construção Infraestruturas Integradas Cabinda Fase 2	3 815	3 688	97%
Ampliação Sistema Abastecimento Água Nacional Apoio Institucional/Bad	7 215	3 505	49%
Reabilitação E Expansão Sistema De Abastecimento Água De Marimba - Lcc	3 280	3 171	97%
Construção De Canal Adutor A Partir De Cuamato Até Dombendola	6 862	2 795	41%
Reabilitação Da En 120 - Troço Alto Dondo/Waco Kungo/Ponte Sobre O Rio Keve, Lote 3 - Pontão Sobre O Rio Quimone/São Mamede	2 758	2 758	100%
Ampliação Da Estação De Tratamento Água Luanda Sudeste - Cassaque	12 680	2 447	19%
Construção Do Sistema De Adução Distribuição Eta Quilonga Grande Sistema De Distribuição Associado/Minea	7 226	2 288	32%
Estudo E Construção Nó Ligação Samba/Avenida Pedro Van-duném - Luanda	6 491	2 169	33%
Reabilitação Da Estrada En 120, Lote 1 Alto Dondo/Waco Kungo/Ponte Do Rio Keve: Lote 01 - Alto Dondo/Desvio Da Munenga	2 121	2 121	100%
Total	57 590	29 483	51%

Fonte: MINFIN

108. O quadro 10, demonstra os 10 projectos com maior execução no sector dos Combustíveis e Energia.

Quadro 10 - Top 10 dos Projectos no Sector dos Combustíveis e Energia
(Milhões de Kwanzas)

Projecto	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Instalação De Uma Central Solar Fotovoltaica Biópio - Benguela	94 876	17 294	18%
Electrificação De Três Municípios Na Província Do Cuanza Norte	14 595	14 099	97%
Instalação De Uma Central Solar Fotovoltaica Benguela - Benguela	52 548	5 978	11%
Reabilitação E Reforço De Potência Do Aproveitamento Hidroeléctrico Do Luachimo	5 801	3 058	53%
Estudos De Levantamento Geológico Zona Norte	4 236	1 592	38%
Construção Do Aproveitamento Hidroeléctrico De Laúca E Sistema De Transporte Associado	102 774	1 503	1%
Reconstrução Abastecimento Hidroelectrico Cunje Instalação Da Linha De Transporte. Cunje-Cuito E Rede Camacupa/Minea	1 717	1 165	68%
Reabilitação E Modernização Da Central Hidroeléctrica Matala	6 107	584	10%
Estudos De Levantamento Geológico Zona Sul	1 258	543	43%
Reabilitação Das Redes Mt E Bt De Mbanza Congo/Zaire	4 586	509	11%
Total	288 500	46 325	16%

Fonte: MINFIN

109. Por fim, o quadro 11 apresenta os 10 projectos PIP com maior execução no Sector dos Transportes.

Quadro 11 - Top 10 dos Projectos PIP no Sector de Construção e Transportes
(Milhões de Kwanzas)

Projecto	Despesa Orçamentada	Despesa Liquidada	Exec. %
Construção Do Nail Em Luanda	35 060	16 045	46%
Aquisição De 1500 Autocarros Para Transportes Escolar	78 879	9 156	12%
Estudos E Reabilitação En103, Bibala/Caitou/Camacuio/Namibe	5 546	5 536	100%
Reabilitação Da En 230, Troço Muamussanda/Sapimbe, (53 Km), Na Província Da Lunda Norte - Lote 6	7 792	4 774	61%
Reabilitação Da En 230, Troço Xá Muteba/Cangola, (63 Km), Na Província Da Lunda Norte - Lote 4	8 439	4 452	53%
Reabilitação Do Troço De Estrada Rio Tó/Rio Pêzo, Numa Extensão De 72 Km - Lote 8, Na Província Da Lunda Sul	5 423	4 277	79%
Reabilitação Da En 230, Troço Caculama/Rio Lui, (60 Km), Na Província De Malanje - Lote 2	6 632	3 991	60%
Reabilitação Da En 230, Troço Sapimbe/Rio Tô, (61 Km), Na Província Da Lunda Norte - Lote 7	3 431	3 190	93%
Reabilitação Da En 230, Troço Malanje/Caculama (57 Km), Na Província De Malanje - Lote 1	3 590	2 658	74%
Reabilitação Do Troço De Estrada Rio Pêzo/Saurimo, Numa Extensão De 81 Km - Lote 9, Na Província Da Lunda Sul	2 584	2 580	100%
Total	157 375	56 658	36%

Fonte: MINFIN

Execução da Despesa para Prevenção e Combate à COVID-19

110. Diante da pandemia COVID-19, que tem causado um impacto significativo em todas as sociedades a nível global, desafiando os governos a tomarem providências excepcionais, o Executivo angolano aprovou um conjunto medidas, destacando-se a atribuição de quotas financeiras aos órgãos do Estado e a operacionalização de linhas de financiamento, para prevenir e combater a sua expansão e mitigar as consequências.
111. Não obstante a prioridade do Executivo, no âmbito das acções de prevenção e combate à COVID-19, seja a de salvar vidas, é necessário garantir a transparência na utilização dos recursos públicos, permitindo um melhor acompanhamento da execução fiscal e promovendo a legitimidade institucional. Deste modo, apresenta-se a execução financeira dos valores

atribuídos pelo Estado para o combate à expansão da COVID-19, aos diversos organismos públicos, até o III trimestre de 2021.

112. Importa ressaltar que, apesar da existência de diversas fontes de recursos, usados para combate a pandemia, serão abordadas no presente relatório apenas as despesas executadas com recursos ordinários do tesouro, registados no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), no Projecto de Actividade (PA) da Comissão Multisectorial para combate e prevenção da COVID-19.
113. Para este efeito, do valor total atribuído para 2021, foram executadas despesas na ordem dos Kz 40,6 mil milhões, perfazendo uma taxa de execução na ordem dos 46% do valor atribuído.
114. No que concerne à categoria das despesas, do valor executado, Kz 40,2 mil milhões foram gastos em despesas com bens e serviços com um grau de execução de 46%, e Kz 387 milhões em despesas de capital cujo grau de execução foi de 40%, conforme se demonstra no quadro 12.

Quadro 12 – Execução da Despesa referente a Prevenção e Combate ao COVID-19 até Junho de 2021
(Milhões de kwanzas)

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Bens E Serviços	121 934	80 318	66%	99%
Combustíveis E Lubrificantes	149	41	28%	0%
Encargos Aduaneiros E Portuários	568	557	98%	1%
Materiais E Utensílios Duradouros De Especialidade	451	225	50%	0%
Material De Consumo Corrente Especializado	112 037	76 765	69%	95%
Outros Materiais De Consumo Corrente	1 528	1 237	81%	2%
Outros Materiais E Utensílios Duradouros	4 358	1	0%	0%
Outros Serviços	417	125	30%	0%
Serviço De Hospedagem E Alimentação	152	94	62%	0%
Serviço De Protecção E Vigilância	90	50	56%	0%
Serviços De Água E Electricidade	21	0	1%	0%
Serviços De Ensino E Formação	24	1	4%	0%
Serviços De Limpeza E Saneamento	158	56	35%	0%
Serviços De Manutenção E Conservação	222	84	38%	0%
Serviços De Processamento De Dados	3	0	0%	0%

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Serviços De Saúde	51	12	23%	0%
Serviços De Telecomunicação	162	57	35%	0%
Serviços De Transportação De Pessoas E Bens	18	1	6%	0%
Subsídios De Deslocação	378	258	68%	0%
Viveres E Géneros Alimentícios	1 147	753	66%	1%
Outras Despesas De Capital	1 088	447	41%	1%
Aquisição De Máquinas, Equip.E Ferramentas	64	8	13%	0%
Aquisição De Mobiliário	131	40	31%	0%
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	100	100	100%	0%
Equipamentos De Processamento De Dados	84	13	16%	0%
Meios E Equipamentos De Transporte	569	240	42%	0%
Outras Despesas De Capital	27	0	0%	0%
Outros Bens De Capital Fixo	114	45	39%	0%
Total Geral	123 021	80 765	66%	100%

Fonte: MINFIN

115. A execução de despesa para prevenção e combate a Covid-19 por Órgão, apresenta-se no Quadro 13.

Quadro 13 - Execução das quotas financeiras atribuídas por Órgão

(Milhões de Kwanzas)

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Operações Centrais Do Estado	105 996	67 947	64%	84%
Ministério Da Saúde	12 109	10 508	87%	13%
Casa De Segurança Do Presidente Da República	1 408	1 200	85%	1%
Governo Provincial Do Cunene	181	181	100%	0%
Gabinete Provincial De Saúde Do Zaire	652	136	21%	0%
Comando Geral Da Polícia Nacional	115	115	100%	0%
Governo Provincial Do Zaire	107	106	99%	0%
Ministério Das Telecomunicações, Tecnologias De Informação E Comunicação Social	63	63	100%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde De Benguela	48	47	97%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Da Huíla	164	39	24%	0%
Administração Municipal De Catabola	31	31	100%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Huambo	46	26	55%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Cuanza Sul	69	23	34%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde De Malanje	313	23	7%	0%
Administração Municipal De Cuemba	23	23	100%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Moxico	40	23	57%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Uíge	264	22	8%	0%

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Gabinete Provincial Da Saúde Cuanza Norte	57	22	38%	0%
Administração Municipal De Cacula	21	21	99%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Cunene	60	20	33%	0%
Ministério Da Justiça E Dos Direitos Humanos	70	17	24%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Bié	105	16	15%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do C.Cubango	25	15	59%	0%
Administração Municipal Do Talatona	14	14	100%	0%
Administração Municipal Do Calai	24	11	49%	0%
Tribunal Constitucional	26	11	44%	0%
Ministério Da Cultura, Turismo E Ambiente	10	10	100%	0%
Administração Municipal De Mavinga	17	10	58%	0%
Administração Municipal Do Andulo	11	10	91%	0%
Administração Municipal De Namacunde	8	8	100%	0%
Tribunal Supremo	32	7	21%	0%
Gabinete Provincial De Saúde Do Namibe	10	6	68%	0%
Administração Municipal De Chitembo	6	6	100%	0%
Administração Municipal Do Chinguar	6	6	100%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Da Lunda Norte	35	6	16%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Da Lunda Sul	39	5	13%	0%
Administração Municipal Do Cunhinga	5	5	100%	0%
Administração Municipal De Quibala	6	5	84%	0%
Gabinete Provincial Da Saúde Do Bengo	17	5	27%	0%
Administração Municipal Dos Dembos-Quibaxi	6	5	79%	0%
Administração Municipal Do Uíge	12	3	25%	0%
Administração Municipal De Quipungo	5	2	45%	0%
Administração Municipal De Cambulo	5	2	43%	0%
Administração Municipal De Cuvango	2	2	100%	0%
Instituto Politécnico Do Ambiente 31 De Janeiro	1	1	100%	0%
Administração Municipal Do Lubango	5	1	29%	0%
Administração Da Cidade Do Sequele	1	1	99%	0%
Administração Municipal De Belas	4	0	0%	0%
Administração Municipal De Luau	3	0	0%	0%
Administração Municipal De Mucaba	6	0	0%	0%
Administração Municipal De Nharea	0	0	0%	0%
Administração Municipal De Quilengues	2	0	0%	0%
Administração Municipal Do Cuango	5	0	0%	0%
Centro De Análises De Poluição E Controlo Ambiental	1	0	0%	0%
Entidade Reguladora Da Comunicação Social	114	0	0%	0%
Fundo Rodoviário E Obras De Emergência	9	0	0%	0%
Gabinete Do Vice-Presidente Da República	192	0	0%	0%
Governo Provincial Da Huíla	60	0	0%	0%
Governo Provincial De Luanda	78	0	0%	0%

Designação	Valor Atribuído	Valor Liquidado	Exec. %	Part. %
Instituto Nacional De Gestão Ambiental	1	0	0%	0%
Instituto Nacional De Obras Públicas	8	0	0%	0%
Ministério Das Relações Exteriores	43	0	0%	0%
Provedoria De Justiça	211	0	0%	0%
Secretaria Provincial Da Saúde De Cabinda	13	0	0%	0%
Total Geral	123 021	80 765	66%	100%

Fonte: MINFIN

116. Conforme se pode observar no quadro acima, os órgãos que mais executaram despesas no âmbito do Covid-19, no período em apreço, foram as Operações Centrais do Estado e o Ministério da Saúde. Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe das despesas realizadas por estes órgãos:

i. Operações Centrais do Estado

117. As despesas executadas pelas Operações Centrais do Estado, são aquelas que são pagas directamente pelo Tesouro Nacional. De Janeiro até Setembro, foram realizadas despesas, por este órgão, no valor de Kz 67,9 mil milhões, destinados a execução das seguintes despesas:

- a) Kz 34,4 mil milhões, destinados ao pagamento de 50%, referente a aquisição de 6 milhões de doses de vacinas SPUTNIK V, pagos a empresa Aquarius Global Limited;
- b) Kz 16,47 mil milhões, destinados ao pagamento para aquisição de 3 milhões de doses de Vacina SINOPHARM, pagos a empresa Sinopharm International Hongkong Limited;
- c) Kz 11,1 mil milhões, destinados ao pagamento referente a aquisição de 1 milhão e cem doses de vacinas da Covid-19 da SINOPHARM, pagos a empresa G42 Medications Trading LLC;
- d) Kz 5,5 mil milhões referente ao pagamento de *Downpayment* do contrato de fornecimento de 10 milhões de doses de vacina SINOPHARM endereçados a empresa Sinopharm International Hongkong Limited;

- e) Kz 297 milhões, destinados ao pagamento de 10% para o contrato de aquisição de vacinas SPUTNIK V, bem como o pagamento da factura de aquisição de 10 mil doses de vacinas da Covid-19, destinados a empresa Aurugulf Health Investments LLC.

ii. Ministério da Saúde

118. O Ministério da Saúde executou, até o período em apreço, despesas relacionadas com o Covid-19 na ordem dos Kz 10,5 mil milhões, distribuídos, essencialmente, da seguinte maneira:

- f) Kz 4,1 mil milhões destinados ao pagamento do Downpayment para aquisição de 6 milhões de doses de vacinas.
- g) Kz 1,4 mil milhões pagos à empresa Yapama Saude, Lda. para aquisição de testes rápidos de SARS-COV2.
- h) Kz 1,5 mil milhões destinados à aquisição de testes RTPCR, transferidos ao Banco BAI para conversão e pagamento aos fornecedores estrangeiros.
- i) Kz 551 milhões destinados à aquisição de 59 mil e quinhentas caixas de Luvas Nitrile e Blue Nitrile Gloves, pagos à Mozang Resources (Pty) Ltd.;
- j) Kz 470 milhões pagos à Shinopharm Fortune International Trading Corp, referente à aquisição de vacinas.
- k) Kz 362 milhões pagos ao Grupo Cafago, Gestão de Empreendimentos e Hotelaria e Similares, Lda, destinados ao fornecimento de refeições nos postos de vacinação;
- l) Kz 211 milhões pagos à Toyota de Angola, S.A., para aquisição de 5 viaturas de marca Land Cruiser para apoio na campanha de vacinação, bem como pagamento de serviços de manutenção e reparação de automóveis.

VI. BALANÇO DA DÍVIDA PÚBLICA NO III TRIMESTRE DE 2021

119. Este capítulo apresenta a execução do Plano Anual de Endividamento no período em análise.
120. Os valores expressos em Dólares Americanos, foram convertidos a taxa de câmbio de US\$/Kz 599,16 taxa do mercado primário no fim do período.

Balanço da Dívida Interna

121. A Dívida Interna compreende a Dívida Titulada e a Dívida Contratual. A Dívida Titulada compreende os Bilhetes do Tesouro (BT), as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT MN), as Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT ME), e a Dívida Contratual, pelos Contratos de Mútuo.

Emissão da Dívida interna

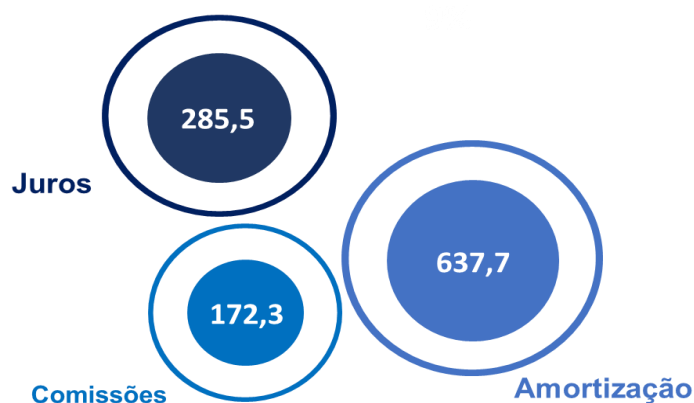
122. No período em reporte foram colocados no mercado os seguintes títulos:
- a) Bilhetes do Tesouro (BT).
 - b) Obrigações do Tesouro Não Reajustável (OT-NR).
 - c) Obrigações do Tesouro Indexadas à Taxa de Câmbio (OT-TXC).
 - d) Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT-ME).
123. As emissões dos Bilhetes do Tesouro, realizadas ao longo do III Trimestre de 2021, totalizaram cerca de Kz 94,5 mil milhões, distribuídos pelas maturidades de 91, 182 e 364 dias, representando uma redução de cerca de 69% face ao III Trimestre de 2020.
124. As emissões de BT apresentaram uma participação de cerca de 25% sobre as emissões totais.
125. No que concerne às Obrigações do Tesouro, foi executado um total de captações na ordem dos Kz 278,4 mil milhões, representando uma diminuição em cerca de 51% face ao III Trimestre de 2020.

126. As emissões de OT apresentaram uma participação de 73% sobre as emissões totais.
127. Os desembolsos de Contratos de Mútuo registaram o total de Kz 7,9 mil milhões, representando uma participação de 2% das emissões totais.
128. Deste modo, no período em análise, as emissões totais de Dívida Interna totalizaram cerca de Kz 380,95 mil milhões, representando uma redução de cerca de 61% face ao III Trimestre de 2020.

Serviço da Dívida interna

129. O serviço da Dívida Interna, incorpora reembolsos de capital e juros de empréstimos de dívidas contraídas pelo Estado no mercado nacional.
130. O serviço da dívida interna correspondeu a Kz 923,42 mil milhões, representando uma redução de cerca de 16% face ao III Trimestre de 2020.
131. Este serviço foi referente ao pagamento de: capital na ordem dos Kz 637,7 mil milhões, representando uma participação de 69,1% sobre o serviço total da dívida interna; Kz 285,5 mil milhões de juros, com uma participação de 31% e Kz 172,3 milhões de comissões sobre o serviço total da dívida interna, com uma ligeira participação de 0,02%, conforme mostra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Serviço de Dívida Interna por Instrumentos
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

Stock da Dívida interna

132. Em 30 de Setembro de 2021, o stock da Dívida interna situava-se em Kz 11,5 biliões, equivalente a US\$ 19,2 mil milhões, representando uma redução em cerca de 3% face ao III Trimestre de 2020. O gráfico 10 apresenta a participação dos instrumentos da Dívida Interna sobre o total do Stock da Dívida Interna.

Gráfico 10 – Stock de Dívida Interna por Instrumentos
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN

Balanço da Dívida Externa

Desembolsos

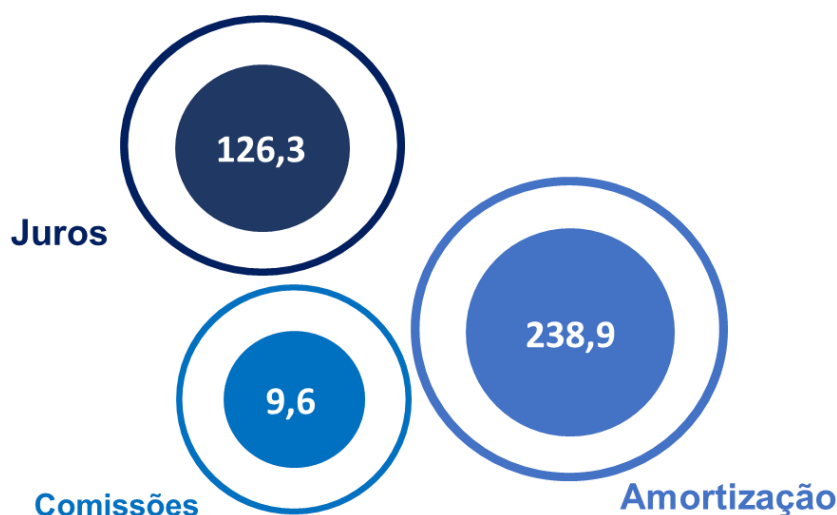
133. A captação de recursos externos, para o III Trimestre de 2021, situou-se em torno de Kz 226,69 mil milhões, representando uma diminuição de cerca de 74%, face ao III Trimestre de 2020, executada sem garantia de petróleo.

Serviço da Dívida Externa

134. No que respeita à execução do serviço da dívida externa, efectuaram-se pagamentos na ordem de Kz 375 mil milhões, incluindo capital, juros e comissões, representando um aumento de cerca de 2% face ao III Trimestre de 2020.

135. Tal como se mostra no Gráfico 11, no período em referência foram registadas amortizações na magnitude de Kz 238,9 mil milhões, juros no valor de Kz 126,3 mil milhões e comissões no valor de Kz 9,6 mil milhões, com uma participação, sobre o total do serviço da dívida externa, de 63%, 34% e 3% respectivamente.
136. Comparativamente ao III trimestre de 2020, as amortizações registaram uma diminuição na ordem dos 11%, os juros apresentaram um aumento na ordem dos 61%, enquanto que as comissões apresentaram uma diminuição de 56%.

Gráfico 11 – Execução do Serviço da Dívida Externa Trimestral
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

Stock da Dívida Externa

137. Em 30 de Setembro de 2021, o stock da Dívida Externa situava-se em Kz 27,6 biliões, equivalente a US\$ 46 mil milhões, representando uma ligeira redução em cerca de 1% face ao III Trimestre de 2020, dos quais: Kz 62,3 mil milhões referentes a dívida de curto prazo e Kz 27,5 biliões referentes a dívida de médio e longo prazo, conforme gráfico 12.

Gráfico 12 – Stock da Dívida Externa por prazos

(Em percentagem)

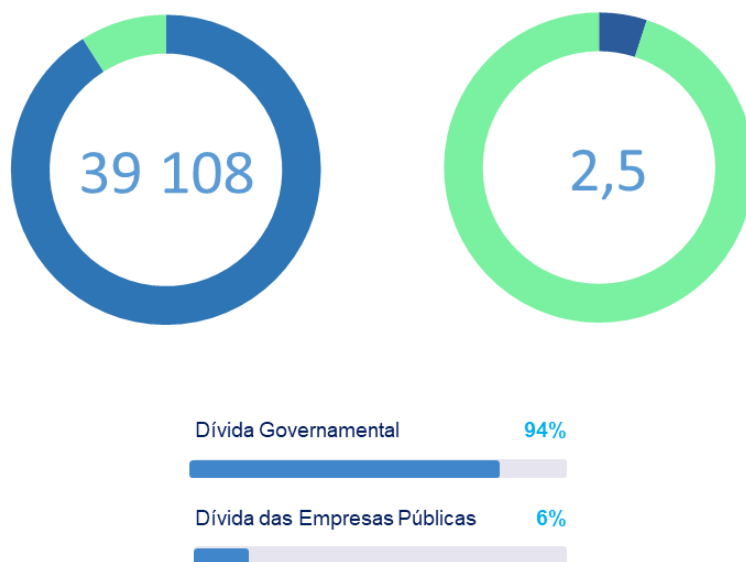


Fonte: MINFIN

Balanço da Dívida Pública

138. Em 30 de Setembro de 2021, o stock da Dívida Governamental situava-se em Kz 39,1 biliões, equivalente a US\$ 65,2 mil milhões, e estava composto por 29% de dívida interna e 71% por dívida externa.
139. Comparativamente ao III Trimestre de 2020, o stock da Dívida Governamental apresentou um aumento de cerca de 2%.
140. A dívida das empresas públicas, designadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em Kz 2,5 biliões equivalente a US\$ 4,1 mil milhões, representando um aumento de cerca de 7% face ao III Trimestre de 2020.
141. O stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental e Dívida das Empresas Públicas, situou-se em torno de Kz 41,6 biliões equivalente a US\$ 69,4 mil milhões, conforme demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Stock da Dívida Pública
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

142. O Quadro 14 apresenta o stock da Dívida Pública Externa por credor, que totalizava Kz 30,1 biliões, equivalente a US\$ 50,2 mil milhões. Dar nota que o stock por credor externo, inclui a dívida externa e a dívida das empresas Sonangol e TAAG, enquanto que o Quadro 15 apresenta o stock da Dívida Pública Interna por credor.
143. As diferenças apresentadas nos relatórios trimestrais do Plano Anual de Endividamento, são conciliadas em sede da elaboração da Conta Geral do Estado.

Quadro 14 – Stock da Dívida Pública Externa por Credor
(Milhões de Kwanzas e Dólares)

Designação	Kz	US\$
Total do Stock da Dívida Pública Externa (1) = 2 + 8	30 107 463	50 249
Total da Dívida Governamental (2) = 3+4+5+6+7	27 601 077	46 066
Multilateral (3)	4 065 909	6 786
B.A.D	660 268	1 102
B.I.R.F (B.MUNDIAL)	764 739	1 276
F.A.D	61 311	102
F.I.D.A	24 605	41
F.M.I	2 263 401	3 778
I.D.A	290 169	484
OPEC FUND	1 415	2
Bilateral (4)	3 310 554	5 525
CHINA	2 529 034	4 221
PORTUGAL	217 431	363
CANADÁ	203 315	339
JAPÓN	127 009	212
REPÚBLICA DE COREA	104 123	174
POLONIA	40 985	68
ESPAÑA	20 747	35
INDIA	14 868	25
SANTO TOMÉ Y PRÍNCIPE	14 320	24
Outros	38 723	65
Comercial (5)	12 973 987	21 653
CHINA DEVELOPMENT BA	8 135 750	13 578
IND COM BNK OF CHINA	1 819 134	3 036
STANDARD C BANK	337 968	564
JBIC	270 706	452
DBSA	77 108	129
HSBC BANK-ESPANHA	181 403	303
HSBC BANK USA, NY	8 802	15
STE GENERALE BANQUE	144 123	241
Outros	1 998 994	3 336
Fornecedores (6)	2 457 284	4 101
LR	1 308 447	2 184
GEMCORP	374 960	626
GE CAPITAL LIMITED	165 269	276
Outros	608 607	1 016
Eurobonds (7)	4 793 344	8 000
Total da Dívida de Empresas Públicas (8)	2 506 386	4 183
Sonangol	2 372 164	3 959
TAAG	134 222	224

Fonte: MINFIN.

Quadro 15 – Stock da Dívida Pública Interna por Credor
(Milhões de Kwanzas)

Designação	Kz	US\$
Total da Dívida Interna (1) = 2 + 3	11 507 244	19 205
Dívida Contratual (2)	339 109	566
BNA	200 000	334
BAI	9 883	16
BCI	59	0
BFA	52 840	88
BNI	26 321	44
Caixa Angola	16 319	27
Standard Bank	33 687	56
Dívida Titulada (3) = 3+4	11 168 135	18 639
Bilhetes de Tesouro (3)	397 516	663
BFA	64 946	108
STANDARD BANK	37 205	62
BIC	91 597	153
BCI	1 730	3
BAI	102 271	171
Caixa Angola	29 737	50
Outros	70 030	117
Obrigações de Tesouro (4) = 5+6	10 770 619	17 976
Obrigações de Tesouro MN (5)	8 223 316	13 725
BFA	1 900 956	3 173
BNA	1 075 453	1 795
BPC	1 042 485	1 740
BAI	1 077 407	1 798
BIC	801 742	1 338
STANDARD BANK	456 249	761
Outros	1 869 024	3 119
Obrigações de Tesouro ME (6)	2 547 303	4 251
BAI	675 131	1 127
BFA	485 949	811
Atlântico	421 868	704
Económico	126 077	210
BIC	147 270	246
Caixa Angola	61 103	102
Outros	629 905	1051

Fonte: MINFIN.

VII. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

144. O Quadro 16, apresenta os fluxos de entradas e saídas efectuadas durante o período em análise pelos fundos mais expressivos. Estes fundos estão dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
145. Importa referir que, a dinâmica contabilística apresentada pelos fundos requer a validação e certificação dos saldos por auditores externos, porquanto a consolidação das suas contas e a circularização com parceiros não se cinge apenas a entes públicos.
146. Adicionalmente, a sua contabilidade não obedece exclusivamente aos prazos dos relatórios trimestrais elaborados, colocando em causa o cumprimento do exigido no *n.º 3, do Artigo 63º da Lei n.º 15/10*.
147. As diferenças apresentadas nos relatórios trimestrais, em relação aos saldos entre os respectivos períodos para os fundos, são conciliadas em sede da elaboração da Conta Geral do Estado.

Quadro 16 – Fluxo Financeiro das Entidades Autónomas

(Milhões de Kwanzas)

DESIGNAÇÃO	Saldo Final II T 2021	Fluxos em Entradas	Fluxos em Saídas	Saldo Final III T 2021
Fundo Nacional de Desenvolvimento	134 596	1 349	6 863	129 082
Caixa de Protecção Social do MININT	272 847	15 288	9 832	278 302
Fundo Soberano de Angola	10 971	4 304	1 015	14 260
Fundo de Garantia de Crédito	1 463	71 898	72 537	824
Fundo Rodoviário	7 892	2 790	4 193	6 489
Caixa de Seg. Social das Forças Armadas Angolanas	29 463	52 499	55 164	26 797
Fundo de Fomento Habitacional	12 170	4 374	8 705	7 838
Fundo de Apoio Social	22 319	34	4 235	18 118
Fundo Activo de Capital de Risco Angolano	318	196	359	155
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações	1 372	2 072	1 894	1 550
Fundo de Apoio para o Desenvolvimento Agrário	3 769	58	670	3 158
Fundo de Apoio ao Desenv. da Ind. Pesca e da Aquicultura	0	15	15	0
Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola	0	7	7	0
Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto	873	259	601	531
Fundo do Projecto Coca Cola	-174	3	57	-228
Total Geral	497 879	155 144	166 147	486 876

Fonte: MINFIN

Fundo Nacional de Desenvolvimento

148. O FND engloba um conjunto de valores disponibilizados ao Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), com vista ao financiamento de projectos do sector privado nacional, no âmbito dos Planos de Desenvolvimento do País, de acordo com a estratégia definida pelo Governo.
149. O FND é uma conta registada no Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), cuja principal fonte de receita são os valores de remuneração transferidos pelo Tesouro Nacional.
150. No período em análise, o FND não obteve receitas do Tesouro Nacional, mas apenas receitas resultantes dos reembolsos de créditos efectuados no montante de Kz 1,3 mil milhões. Foram realizadas despesas na ordem dos Kz 6,8 mil milhões referentes aos desembolsos de crédito no âmbito do PAC (Projecto de Apoio ao Crédito) e à comissão de gestão devida ao BDA, enquanto gestor do FND, tendo resultado num saldo final de Kz 128,8 mil milhões.

Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior

151. A Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior, foi criada para captar e gerir recursos, de forma a garantir o pagamento das prestações da protecção social obrigatórias dos funcionários do regime especial de carreiras do Ministério do Interior, tais como a Polícia Nacional, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, os Serviços Penitenciários e o Serviço de Migração e Estrangeiros.
152. No III Trimestre de 2021, a Caixa de Protecção Social do MININT obteve receitas no valor de Kz 15,2 mil milhões, com origem nas diferentes fontes, como Contribuições dos Trabalhadores e Entidade Empregadora, Receitas Próprias Provenientes do Imobiliário, dos descontos efectuados aos Beneficiários das residências, Juros de Aplicação de Capital, e Outros Proveitos.
153. No período em análise, a CPS – MININT realizou despesas na ordem dos Kz 9,8 mil milhões, sendo que as principais naturezas dos gastos são: Kz 7,2 mil milhões referentes às despesas com a protecção social do MININT e Kz 2,6 mil

milhões de despesas administrativas. O CPS – MININT terminou o período com um saldo de Kz 278,3 mil milhões.

Fundo Soberano de Angola

154. O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) continua a desenvolver a estratégia de investimento decretada pelo Executivo, para a rentabilização no longo prazo do capital atribuído pelo Estado.
155. No III Trimestre de 2021, o fluxo de entradas do FSDEA totalizou cerca de Kz 4,3 mil milhões, provenientes da carteira líquida de investimentos do FSDEA.
156. O FSDEA realizou despesas no montante de Kz 1 mil milhões referentes a despesas operacionais no valor de Kz 476,5 milhões e a despesas com comissão de investimento no montante de Kz 538,3 milhões.
157. O FSDEA fechou o III Trimestre com o saldo de Kz 14,2 mil milhões.

Fundo de Garantia de Crédito

158. O Fundo de Garantia de Crédito é um Fundo que visa promover o acesso a financiamento às Micro, Pequenas e Médias empresas angolanas (MPMEs), com projectos viáveis, estando empenhado em garantir que as iniciativas para o fomento da produção nacional sejam alcançadas através da emissão de garantias públicas. Destas, fazem parte o Aviso N.º 10/20 do BNA, de 3 de Abril, sobre a concessão de crédito ao sector real da economia, e por outro lado, o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC).
159. No trimestre em análise, o FGC obteve um fluxo de entradas no valor de Kz 71,8 mil milhões, proveniente de Comissões de garantias prestadas, Juros de aplicação de liquidez e dos títulos e valores imobiliários, Rendas de Imóveis, bem como a recuperação dos créditos vencidos.
160. Foi possível ao FGC honrar compromissos, na ordem de Kz 72,5 mil milhões, dos quais se destacam: Kz 69 mil milhões em aplicações financeiras, Kz 388,6 milhões em despesas com pessoal, Kz 362,1 milhões em despesas com imposto; Kz 318,7 milhões com aquisição de meios de transportes; Kz 81

milhões despesas com imóveis; Kz 312 milhões em despesas de bens e serviços; Kz 546,5 milhões em despesas de financiamento (acionamento de garantias, juros, amortização de capital e outros encargos financeiros). O FGC terminou o período com um saldo de Kz 823,7 milhões.

Fundo Rodoviário

161. O Fundo Rodoviário (FR) é o órgão do Executivo angolano responsável pelo Programa Nacional de Conservação de Estradas.
162. No início do III Trimestre de 2021, o FR tinha um saldo inicial no valor de Kz 7,89 mil milhões.
163. Durante o III Trimestre de 2021, registou um fluxo de entradas no montante de Kz 2,78 milhões, dos quais: Kz 2,5 mil milhões em fundo fixo para obras de emergência, Kz 135,7 milhões em receitas de portagem, e Kz 154 milhões referentes a juros e aplicações financeiras.
164. O FR realizou despesas no valor de Kz 4,1 mil milhões, sendo Kz 3,5 mil milhões referentes a despesas de capital, Kz 555,6 milhões em despesas de bens e serviços, Kz 91,2 milhões em despesas com pessoal e Kz 8 milhões em despesas com Contribuições a Segurança Social.
165. No fim do III Trimestre, o FR encerrou o mesmo período com um saldo de Kz 6,4 mil milhões.

Caixa Social das Forças Armadas Angolanas

166. A CSS-FAA centra as suas actividades na modernização do sistema de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas.
167. No trimestre em análise, a CSS – FAA teve um fluxo de entradas provenientes do Tesouro Nacional de Kz 40,2 mil milhões e receitas provenientes de rendimentos próprios no valor de Kz 12,2 mil milhões, que totaliza uma arrecadação de Kz 52,4 mil milhões.

168. A CSS – FAA honrou compromissos na ordem dos Kz 55,1 mil milhões, que serviram essencialmente para pagamento de pensões, salários e despesas bens e serviços, despesas correntes e despesas de capital.
169. A CSS – FAA terminou o III trimestre com um saldo de Kz 26,75 mil milhões.

Fundo de Fomento Habitacional

170. O FFH tem como objectivo fomentar o crédito à habitação, nomeadamente nos segmentos da autoconstrução (zonas rurais), da habitação social (ou casas económicas) e no segmento de preços livres (classe média).
171. No período em referência, o FFH obteve fluxo de entradas no valor de Kz 4,3 mil milhões provenientes de alienação de património habitacional sob gestão do fundo e juros resultantes de aplicações financeiras.
172. O FFH realizou despesas no valor de Kz 8,7 mil milhões, dos quais Kz 2,1 mil milhões referentes a despesas operacionais e Kz 6,5 mil milhões referentes a despesas de capital, demonstrando uma participação de 25% e 75%, respectivamente.
173. O saldo final do FFH para o período em análise totalizou Kz 7,8 mil milhões.

Fundo de Apoio Social (FAS)

174. O FAS é uma Agência Governamental, dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa, que em coordenação com outros programas de combate à pobreza, contribui na promoção do Desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza.
175. As receitas arrecadadas pelo FAS, ao longo do III Trimestre, cifraram-se em Kz 33 milhões provenientes do ROT (Recursos Ordinários do Tesouro).
176. O FAS realizou despesas na ordem dos Kz 4,2 mil milhões, das quais Kz 493 milhões referentes às despesas correntes, Kz 2,5 mil milhões em despesas de capital e Kz 1,1 milhões em despesas de bens e serviços. O saldo final obtido para o trimestre em análise foi de Kz 18,1 mil milhões.

Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA)

177. O FACRA foi criado para financiar as MPME nacionais com elevado potencial e garantir o retorno rentável dos capitais investidos, tendo em consideração os critérios de gestão de aplicação dos investimentos.
178. No III Trimestre de 2021, o FACRA, obteve receitas no valor de Kz 195 milhões, provenientes dos juros obtidos em depósitos a prazo e reembolsos dos investimentos financeiros (OMC -Operadoras de Microcrédito).
179. No mesmo período, realizou despesas no montante de Kz 358,7 milhões, das quais, Kz 28,7 milhões serviram para o pagamento de despesas com pessoal, despesas com impostos no valor de Kz 17,3 milhões, despesas com imobilizado no montante de Kz 87,7 milhões, apoio logístico no âmbito dos projectos PRODESI e PREI no valor de Kz 169 milhões e Kz 20,6 milhões para despesas diversas de bens e serviços. O FACRA obteve um saldo final de Kz 154,7 milhões.

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações

180. O FADCOM é uma instituição que tem por missão gerir a contribuição dos operadores e prestadores de serviços no domínio das tecnologias de informação ao fundo do serviço Universal.
181. No III Trimestre de 2021, o FADCOM apresentou receitas na ordem de Kz 2 mil milhões, respeitantes a juros de depósito a prazo, contribuições do serviço universal das operadoras (Zap, Midea, Finstar e Multichoice) e reembolso dos valores do programa de criação de condições de habitação para os seus colaboradores.
182. Em relação a despesas, o FADCOM realizou despesas no montante de Kz 1,8 mil milhões, relacionadas com constituição de depósitos a prazo, com despesas de financiamento a projectos, custos com pessoal e outros custos administrativos.
183. Para o trimestre em análise, o FADCOM obteve um saldo final de Kz 1,5 mil milhões.

Fundo de Apoio para o Desenvolvimento Agrário (FADA)

184. O FADA é um veículo público de financiamento do sector agrário. A missão exclusiva do FADA é fazer as finanças agrícolas funcionar para os agricultores, estimulando os investimentos agrários, fortalecendo o sector agro-pecuário e contribuindo para a aceleração do desenvolvimento equilibrado e sustentável.
185. No III Trimestre de 2021, o FADA obteve entradas no montante de Kz 57,9 mil milhões, resultantes dos juros das aplicações a prazo e receitas das brigadas de mecanização agrícola e de engenharia rural no âmbito dos contratos de cedência e uso rubricado entre estes e o Ministério da Agricultura e Pescas. No período em análise, não se registou qualquer recebimento de receitas consignadas (10% das receitas fiscais associadas à importação de produtos agrícolas por via do ROT).
186. No período em referência, o FADA realizou despesas no montante Kz 669,6 milhões, referentes a despesas com pessoal (21,4%), despesas com bens e serviços (48%) e despesas com Impostos e Contribuições para Segurança Social (12,5%). Adicionalmente, o FADA concedeu Créditos no âmbito das actividades do FADA no montante de Kz 127,6 milhões.
187. O saldo final do FADA para o período em análise totalizou Kz 3,1 mil milhões.

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira e da Aquicultura (FADEPA)

188. O FADEPA, é um órgão superintendido pelo Ministério das Pescas e do Mar, que visa apoiar o desenvolvimento da indústria pesqueira e aquicultura.
189. No III Trimestre de 2021, o FADEPA obteve fluxo de entradas no valor de Kz 14,6 milhões. Esta entrada de recursos permitiu honrar compromissos no mesmo valor, referentes as despesas com pessoal.

Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola (FDCA)

190. O FDCA foi criado para assegurar a mobilização e fornecimento de recursos financeiros para acções de fomento, viradas ao desenvolvimento da produção do café, através da generalização de inovações técnicas e culturais que permitam o aumento da produção e da produtividade.
191. No III Trimestre de 2021, o Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola enquanto unidade orçamental beneficiou do montante de Kz 7,2 milhões e realizou gastos no mesmo valor para suprir despesas pontuais relacionadas ao funcionamento interno do próprio fundo.

Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto (FAJD)

192. O FAJD é uma Instituição Pública criada com o objectivo de compartilhar no plano financeiro do processo de desenvolvimento das acções, programas e projectos das Associações Juvenis e do Desporto Nacional no quadro da política juvenil e desportiva do Estado, que estejam em condições de contribuir para o desenvolvimento nacional e para a melhoria das condições socioeconómicas dos jovens angolanos.
193. No III Trimestre de 2021, o FAJD apresentou um fluxo de entradas totais no valor de Kz 259,3 milhões, dos quais Kz 17,4 milhões provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) e Kz 241,8 milhões de receitas consignadas sobre o Imposto especial de consumo (Lei n.º 8/19 de 24 de Abril).
194. No mesmo período, o FAJD efectuou despesas no mesmo montante Kz 601 milhões relacionadas as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços.
195. O saldo final do período para o FAJD totalizou Kz 531,3 milhões.

Fundo do Projecto Coca Cola (FPCC)

196. O Fundo do Projecto Coca-Cola (FPCC) tem a missão de apoiar o desenvolvimento estruturado e sustentado da região do Icolo e Bengo, contribuindo para o ordenamento do território, a criação de infra-estruturas

económicas e sociais e criação de emprego, fomentando a constituição de pequenas indústrias.

197. No III Trimestre de 2021, o FPCC arrecadou receitas no valor de Kz 3 milhões provenientes de juros de aplicações financeiras e empréstimos.
198. O FPCC realizou despesas orçamentais no valor de Kz 57 milhões. O saldo final do período para o FPCC é negativo na ordem dos Kz 228 milhões.

VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

199. O presente capítulo demonstra a posição orçamental, financeira e patrimonial do Estado até o III Trimestre de 2021.

Balanço Orçamental

200. O Balanço Orçamental representa um demonstrativo contabilístico, onde se discriminam os saldos das receitas estimadas e das despesas autorizadas, comparando com o nível de execução nas diferentes naturezas. Pode resultar num saldo *superavitário*, *deficitário* ou em equilíbrio orçamental. O OGE 2021 teve uma estimativa de Receitas e Despesas autorizadas de Kz 14,7 biliões.
201. Como se mostra no Quadro 17, no III Trimestre do Exercício de 2021, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 3,88 biliões e realizadas despesas no valor de Kz 2,91 biliões, tendo sido apurado um resultado orçamental superavitário de Kz 975,9 mil milhões, correspondendo a uma variação negativa acima dos 100%. O resultado orçamental resulta da comparação entre a receita total e a despesa total do período.
202. Por outro lado, o saldo fiscal, que resulta da comparação entre as receitas correntes e despesas correntes, incluindo as despesas de investimentos, e excluindo as receitas e despesas com financiamentos, foi igualmente superavitário na ordem dos Kz 943,7 mil milhões.
203. Adicionalmente, no período em apreço, o Saldo corrente, que compara as receitas e despesas correntes, foi igualmente superavitário na ordem dos Kz 1,3 biliões, demonstrando que, no período em análise, as receitas correntes afiguraram-se satisfatórias para cobrir as despesas correntes.
204. A interpretação do resultado orçamental, na óptica da contabilidade para o período em análise, deve ser feita na perspectiva da entrada das Receitas em Caixa/Bancos (i.e. Impostos Petrolíferos e não Petrolíferos). Já a despesa não representa pagamentos efectivos que afectem a Tesouraria, limitando-se à obrigação do Estado (Passivo) em proceder aos pagamentos num prazo de 90 dias.

205. Reforçam-se assim os princípios contabilísticos: a receita arrecadada deve ser analisada na óptica de caixa, isto é, são consideradas como receitas arrecadadas, aquelas que dão entrada na CUT no período em análise; por seu turno, a despesa realizada deve ser analisada na óptica do compromisso, isto é, quando ocorre a liquidação ou evidência de prestação de serviço.

Quadro 17 – Balanço Orçamental no III Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

Receita	Prevista	Arrecadação da receita			Exec.%	Part.%	Var. Homóloga
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Receitas Correntes	8 104 860	2 496 851	2 749 373	1 573 599	34%	71%	75%
Tributária	4 964 642	1 603 876	1 418 185	1 010 212	29%	36%	40%
Patrimonial	2 796 806	863 468	1 301 126	492 476	47%	33%	164%
Serviços	217 567	14 819	15 711	4 447	7%	0%	253%
Transferências Correntes	880	0	0	1 364	0%	0%	-100%
Rec. Corr.Diversas	124 965	14 688	14 350	65 100	11%	0%	-78%
Indenizações	0	0	0	0	0%	0%	0%
Receitas de Capital	6 680 341	774 784	1 139 084	1 276 105	17%	29%	-11%
Alienações	155 558	8 343	6 597	1 039	4%	0%	535%
Financiamentos	6 186 509	766 055	1 132 487	1 275 081	18%	29%	-11%
Internos(Títulos)	2 190 961	0	337 231	519 770	15%	9%	-35%
Desemb. Linhas de Crédito	3 995 548	0	794 678	756 653	20%	20%	5%
Outras receitas de capital	338 274	386	0	0	0%	0%	0%
Receita	14 785 201	3 271 635	3 888 456	2 849 688	26%	100%	36%
Despesa	Autorizada	Execução da Despesa			Exec.%	Part.%	Var. Homóloga
		II T 2021	III T 2021	III T 2020			
Despesas Correntes	7 980 306	1 591 034	1 414 073	1 364 951	18%	49%	4%
Pessoal e Contrib. Empregador	2 492 711	498 245	503 461	552 168	20%	17%	-9%
Bens	617 260	176 190	152 371	148 497	25%	5%	3%
Serviços	1 057 127	152 000	189 846	98 206	18%	7%	93%
Juros da Dívida	2 830 682	603 042	436 565	420 343	15%	15%	4%
Subsídios	197 194	27 548	12 592	10 057	6%	0%	25%
Transferências Correntes	785 332	134 008	119 238	135 681	15%	4%	-12%
Despesas de Capital	6 804 755	1 578 799	1 498 457	1 700 568	22%	51%	-12%
Investimentos	1 822 615	324 496	369 653	389 052	20%	13%	-5%
Transferências de Capital	102 893	14 750	21 723	4 193	21%	1%	418%
Despesas de Capital Financeiro	4 876 312	1 239 458	1 106 930	1 305 541	23%	38%	-15%
Outras Despesas de Capital	2 934	95	151	1 782	5%	0%	-92%
Reservas	141	0	0	0	0%	0%	0%
Despesa	14 785 201	3 169 832	2 912 529	3 065 520	20%	100%	-5%
Superavit		101 803	975 927	-215 832			-552%
Total Geral		3 271 635	3 888 456	2 849 688			36%

Fonte: MINFIN

Balanço Financeiro

206. O Balanço Financeiro, ilustrado no Quadro 18, apresenta o valor da Receita e Despesa Orçamental, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamental, bem como os saldos em espécie, provenientes do período anterior e os que se transferem para o período seguinte.
207. Os saldos apresentados nos fluxos financeiros, podem apresentar variações positivas ou negativas, sendo que o saldo do período anterior, apresentado no Balanço Financeiro, pode diferir do saldo final do período anterior. Isto devido às operações de regularização e registo nos meses de competência, tais como:
- a) Operações de linhas de crédito e desembolsos para pagamento das despesas.
 - b) Efectivação e finalização de pagamento de salários, impactando os meses anteriores.
 - c) Registo da emissão das Obrigações e Bilhetes do Tesouro, assim como registo dos juros e amortizações, resultantes do financiamento, por via desses instrumentos.
 - d) Operações de entrada da Receita via contas dedicadas (Contas *Escrow*).
 - e) Acerto dos saldos bancários, após reconciliações bancárias com os bancos internos e externos.
 - f) Regularizações de carácter contabilístico-financeiro, no âmbito do fecho definitivo de contas.
208. Assim, os fluxos financeiros do período em apreço apresentam-se no quadro 18.

Quadro 18 – Balanço Financeiro no III Trimestre de 2021

(Milhões de Kwanzas)

Receitas	III T 2021	III T 2020
Orçamentais	3 888 831	2 815 063
Receitas Correntes	2 749 373	1 532 490
Receitas De Capital	1 139 459	1 282 573
Transferências Financeiras Recebidas	94 846	58 237
Comparticipações De Natureza Financeira	28 966	36
Valores Financeiros A Reembolsar	65 879	58 201
Recebimentos de Natureza Extra-Orçamental	0	0
Cauções	0	0
Depósito de Terceiros	0	0
Garantias Financeiras	0	0
Disponível do Exercício Anterior	3 228 307	4 766 401
Disponível No País	1 658 313	2 182 486
Disponível No Exterior	1 569 994	2 583 915
TOTAL GERAL	3 323 153	7 639 702
Despesas	III T 2021	III T 2020
Orçamentais pagas	2 641 964	4 311 654
Despesas Correntes	1 307 823	1 682 496
Despesas De Capital	1 334 141	2 629 157
Transferências Financeiras Concedidas	39 479	1 036
Comparticipações De Natureza Financeira	37 009	8
Valores Financeiros Reembolsado	2 470	1 028
Pagamentos de Natureza Extra-Orçamental	61 954	81 921
Cauções	0	0
Depósito De Terceiros	0	0
Garantias Financeiras	0	0
Pagamento De Restos A Pagar	61 954	81 921
Disponível do Exercício Actual	579 756	3 245 092
Disponível No País	-185 959	1 126 040
Disponível No Exterior	765 715	2 119 052
TOTAL GERAL	3 323 153	7 639 702

Fonte: MINFIN.

209. Em síntese, o Balanço Financeiro demonstra o Resultado Financeiro do período, ou seja, o fluxo líquido da movimentação dos recursos financeiros do exercício anterior para o actual. Demonstra também a dívida flutuante, uma vez que esta afecta os fluxos de tesouraria.

Balanço Patrimonial

210. O Balanço Patrimonial é a única peça contabilística que representa uma posição estática ilustrativa de todo o património, diferente das outras que têm uma característica dinâmica, em função dos fluxos e movimentação financeira do período.
211. Assim, o Quadro 19 apresenta o saldo dos movimentos e transacções ocorridas nas contas do Activo e o Passivo Líquido, bem como as contas de Ordem Activa e Passiva, até o III Trimestre de 2021.
212. As depreciações e amortizações são apresentadas de forma segregada no grupo do activo imobilizado.
213. Importa referir que os saldos apresentados, no valor total do activo e passivo, podem apresentar variações, em função de análises e reconciliações no âmbito do processo contabilístico-financeiro de fecho de contas, que culminará com a elaboração da Conta Geral do Estado. Assim, são apenas apresentados os movimentos ocorridos até o III Trimestre de 2021.

Quadro 19 – Balanço Patrimonial até o III Trimestre 2021

(Milhões de Kwanzas)

Descrição	2021	2020
Activo Circulante	9 664 523	18 099 160
Disponível	6 829 329	15 527 168
Disponível no País	965 518	10 038 672
Disponível no Exterior	5 863 810	5 488 496
Créditos A Receber	252 533	2 525 328
Instituições E Agentes Devedores	5 317	5 317
Valores Pendentes Activos	33 339	33 339
Outros Activos Circulantes	271 210	8 007
Realizável a Longo Prazo	20 225	344 587
Activo Permanente	8 611 054	8 890 035
Investimentos Financeiros	1 285 091	1 283 851
Imobilizado	7 325 963	7 606 184
Total do Activo	18 295 802	27 333 781
Outras Contas de Ordem Activa	624 893	527 716
Total Geral	18 920 695	27 861 497

Descrição	2021	2020
Passivo Circulante	5 770 418	4 232 416
Depósitos Exigíveis	555 976	19 694
Obrigações Em Circulação	4 998 941	4 094 611
Subsídios E Transferências A Conceder	170 495	9 231
Dívidas Do Exercício Anterior	45 006	108 879
Exigível A Longo Prazo	27 690 486	26 276 858
Operações De Crédito a Longo Prazo	26 931 724	25 618 120
Total Do Passivo	33 460 904	30 509 274
Património Líquido	-15 165 102	-3 409 142
Total do Passivo + Património Líquido	18 295 802	27 333 781
Outras Contas de Ordem Activa/Passiva	624 893	527 716
Total Geral	18 920 695	27 861 497

Fonte: MINFIN

214. É pertinente mencionar que, o apuramento do Resultado do Período, via execução Orçamental e Extra-Orçamental, é caracterizado pela diferença entre execução Orçamental, por se tratar de fluxos das contas da classe orçamental, e execução Extra-Orçamental, maioritariamente patrimonial, por se tratar de fluxos de carácter económico / sustentabilidade.

IX. GLOSSÁRIO

215. O Glossário apresenta os conceitos das contas das Interferências Activas e Passivas e das Mutações Patrimoniais Activas e Passivas. Importa referir que, a utilização destas contas, decorre da obrigatoriedade de se registar contabilisticamente a execução do orçamento, de acordo com o estipulado na Lei do OGE. Este registo contabilístico constitui um fundamento básico da contabilidade pública e caracteriza-se na principal diferença em relação aos fundamentos da contabilidade aplicada ao sector empresarial, que não está sujeita a contabilização orçamental.

A

Activo Circulante – Disponibilidades de numerário, recursos a receber, antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.

Activo Patrimonial – Conjunto de valores e créditos que pertencem a uma entidade.

Activo Permanente – Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Activo Realizável a Longo Prazo – Direitos realizáveis, normalmente após o término do exercício seguinte.

Actividades Permanentes – Componente do Orçamento de Funcionamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela.

Ajuste Orçamental – Alterações às dotações inicialmente inscritas no OGE.

ARO – Antecipação de Receitas Orçamentais.

B

Balanço – Demonstrativo contabilístico que apresenta, num dado momento, a situação do património da entidade pública.

Balanço Financeiro – demonstra a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com o saldo em

espécie, proveniente do exercício anterior, bem como os que se transferem para o exercício seguinte.

Balanço Patrimonial – O balanço patrimonial é uma demonstração contabilística que tem por finalidade apresentar a posição contabilística financeira e económica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática ou situação do património em determinada data.

Balanço Orçamental – é a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

Balancete – É um instrumento para verificar se os lançamentos contabilísticos realizados no período estão correctos. Este instrumento, embora de muita utilidade, não detecta toda amplitude de erros que possam existir, nos lançamentos contabilísticos.

C

Cabimentação – É o acto emanado pela autoridade competente que consiste em se deduzir do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária para a realização da despesa aprovada e que assegura ao fornecedor que o bem ou serviço é pago, desde que observadas as condições acordadas.

Categoria Económica – Elemento agregador de naturezas de receita/despesa com o mesmo objecto.

Classificação Funcional – Classificação da despesa de acordo com a área de acção governamental que ela permite atingir.

Classificação das Contas Públicas – Agrupamento das contas públicas segundo a extensão e compreensão dos respectivos termos. Extensão de um termo é o conjunto dos indivíduos ou objectos designados por ele; compreensão desse mesmo termo é o conjunto das qualidades que ele significa, segundo a lógica formal. Qualquer sistema de classificação, independentemente do seu âmbito de actuação (receita ou despesa), constitui instrumento de planeamento, tomada de decisões, comunicação e controlo.

D

Défice orçamental/Défice – Considera-se défice orçamental quando o saldo orçamental é negativo, isto é, as despesas superam as receitas públicas.

Despesa cabimentada – Corresponde ao total da despesa para o qual existe nota de cabimentação emitida. Sendo que por cabimentação da despesa se deve entender o acto pelo qual autoridade competente deduz do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária à realização da despesa aprovada.

Despesas Correntes – Classificam-se aqui as despesas ligadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como transferências com igual propósito. Enquadram-se aqui as despesas de carácter operacional, decorrentes das acções desenvolvidas pelo organismo no cumprimento de sua missão institucional, como por exemplo, pagamento de pessoal e as contribuições do empregador, a aquisição de materiais de uso corrente (bens) e a contratação de serviços para o funcionamento do organismo ou ainda as transferências a serem utilizadas, pelo organismo destinatário, em despesas desta natureza.

Despesa de Capital – Despesas destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou constituição de reservas, bem como às transferências efectuadas com igual propósito.

Despesa Liquidada – Corresponde ao total da despesa para com o qual se procedeu já à verificação do direito do credor, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

Demonstração da Variação Patrimonial – Evidenciará as alterações verificadas no património, resultantes ou independentes da execução orçamental, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

E

Execução Financeira – Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização dos subprojectos e/ou subactividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro – Período que corresponde à execução orçamental e coincide com o ano civil.

Execução Orçamental das Despesa – Utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e nos créditos adicionais, visando a realização dos subprojectos / subactividades atribuídas às unidades orçamentárias.

F

Fonte de Recurso – A Fonte de recurso identifica quer a origem quer o destino das receitas. A mesma classificação, quando utilizada para caracterizar as despesas, visa identificar a origem dos recursos que suportam as mesmas.

Função do Estado – Classifica as despesas de acordo com a área da sociedade que a acção governamental pretende atingir.

L

Liquidação da Despesa – É a verificação do direito do credor, fase em que a dívida é efectivamente assumida, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

N

Natureza – Classificação da receita/despesa de acordo com a natureza económica da mesma, identificando claramente o objecto da receita/despesa.

Nota de Lançamento – Permite registar eventos contabilísticos não vinculados a documentos específicos (SIGFE).

O

Orçamento Ajustado – Créditos orçamentais que reflectem os ajustes efectuados ao Orçamento Inicial.

Orçamento Aprovado/Inicial – Créditos iniciais aprovados pela Assembleia Nacional e instituídos pela Lei Orçamental.

Orçamento de Funcionamento – Componente do Orçamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela, bem como projectos e programas específicos que não se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Órgão Dependente (OD) – Unidade administrativa dos órgãos ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos, financiadas, maioritariamente, pelos poderes públicos ou a segurança social, que constituem as unidades orçamentais.

Órgão do Governo – São os Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais, órgãos sectoriais e não sectoriais, através dos quais o Estado cumpre as atribuições definidas na Constituição da República de Angola.

Órgãos de Soberania – São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.

Ordem de Saque – É um instrumento de pagamento de utilização exclusiva do Estado, que possibilita a realização da fase de pagamento da despesa pública.

P

Passivo Circulante – Depósitos – restos a pagar, antecipações de receita, bem como outras obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício seguinte.

Património Líquido – Capital autorizado, as reservas de capital e outras que forem definidas, bem como o resultado acumulado e não destinado.

Património Público – Conjunto de bens à disposição da colectividade.

Programa de Investimentos Públicos (PIP) – Programa de investimento com vista à criação, reabilitação, ampliação, manutenção, ou renovação, das capacidades de prestação de serviços e fornecimento de bens pela administração pública directa ou indirecta do Estado. No entanto, integram-se no conceito de investimento público os gastos de natureza corrente aplicados na manutenção e reparações normais e cíclicas dos empreendimentos.

Programa Específico – Programa que traduz uma prioridade do Governo, definido em âmbito e em tempo de execução, mas que apesar de não constituir actividade básica da unidade orçamental não integra o Programa de Investimentos Públicos.

Proposta Orçamental (N+1) – Valor da proposta de orçamento para o ano N+1, registada no SIGFE.

R

Receita Ajustada – Previsão de receita que reflecte a revisão da receita inicialmente estimada.

Receita de Capital – Refere-se às receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e de direitos.

Receita Corrente – Refere-se às receitas que se renovam em todos os períodos financeiros designadamente, receitas tributárias, patrimoniais, de serviços ou ainda transferências recebidas.

Receita Inicial – Previsão de receita aprovada pela Assembleia Nacional.

Restos a Pagar – As despesas cabimentadas, liquidadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro, após devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

S

Saldo Corrente – Representa o valor da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de Capital – Representa o valor da diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Fiscal – Representa o valor da diferença entre receitas correntes do Estado e despesas correntes e de investimento, em um determinado período.

Superavit orçamental – Considera-se superavit orçamental quando o saldo orçamental é positivo, isto é, quando as receitas superam as despesas públicas.

T

Taxa de Execução (Projecção Linear) – Indicador, em percentagem, do resultado da taxa de execução para o presente exercício económico, tomando por referência a projecção linear da Despesa Paga.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Liquidada) – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa liquidada, no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Paga) – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa paga no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva da Receita – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a receita arrecadada, no período em análise, para uma dada rúbrica de receita e a previsão inicial.

Taxa de Execução Padrão – Indicador, em percentagem, que apresenta a taxa de execução esperada para o período em análise, tomando por hipótese uma execução linear.

U

Unidade Orçamental (UO) – Órgão do Estado ou da Autarquia, conjunto de órgãos ou de serviços da Administração do Estado, Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas, maioritariamente, pelos poderes públicos e a Segurança Social, aos quais foram consignadas dotações orçamentais próprias.

V

Variação Homóloga – Variação relativa (em valor percentual) do valor do ano em análise, face ao valor registado no período homólogo do ano anterior.



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças